

Filosofia e Marxismo

Uma trajetória acadêmica

MAURO CASTELO BRANCO DE MOURA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

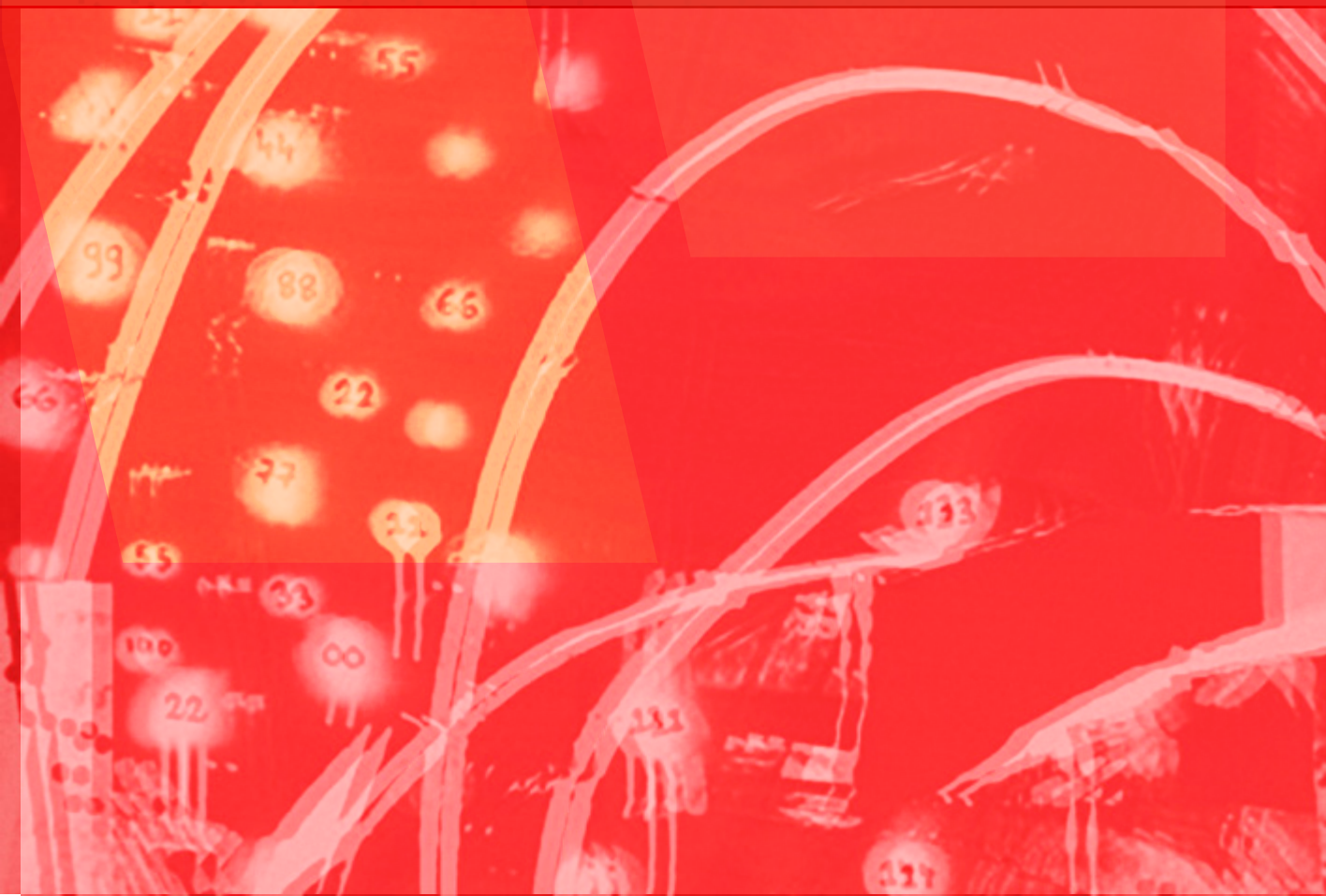
Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima

Filosofia e Marxismo

Uma trajetória acadêmica

MAURO CASTELO BRANCO DE MOURA



2017, Mauro Castelo Branco de Moura.
Direitos dessa edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Capa e projeto gráfico
Gabriel Cayres

Editoração
José Elias

Revisão
O autor

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Moura, Mauro Castelo Branco de.

Filosofia marxista: uma trajetória acadêmica / Mauro Castelo Branco de Moura;
[apresentação] : José Crisóstomo de Souza. - Salvador: UFBA, 2017.

85 p.

“O presente memorial foi elaborado como requisito à progressão para professor titular do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, em 11 de dezembro de 2015”.

ISBN 978-85-8292-133-3

1.Moura, Mauro Castelo Branco de. 2. Filosofia. 3. Marxismo. 4. Professores - Brasil - Biografia. I. Título.

CDD - 923.7

A MARIO H. OTERO
In memoriam

Agradecimentos

O presente memorial, em conformidade à legislação vigente, foi elaborado como requisito à progressão para professor titular do Departamento de Filosofia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Sua defesa deu-se em 11 de dezembro de 2015, perante uma banca examinadora integrada pelos seguintes professores doutores, todos titulares: Ana Maria Said, da Universidade Federal de Uberlândia; Antônio Rufino Vieira, da Universidade Federal da Paraíba, Ester Vaisman, da Universidade Federal de Minas Gerais, José Crisóstomo de Sousa, da Universidade Federal da Bahia (presidente) e Ligia Maria Osorio Silva, da Universidade Estadual de Campinas. A todos lhes devo a generosa disposição em participar do evento e, sobretudo, a acolhida auspiciosa que brindaram ao meu trabalho. Ao colega e amigo Crisóstomo lhe devo, ademais, as simpáticas palavras de apresentação deste memorial e em Marco Aurélio Oliveira da Silva, Chefe do Departamento de Filosofia, encontrei o apoio diligente para que tudo acontecesse adequadamente. Devo agradecer também aos colegas, alunos, ex-alunos e amigos em geral que prestigiaram e testemunharam este momento tão importante de minha trajetória acadêmica. Gostaria de registrar meu particular regozijo pelas presenças de João Carlos Salles, Reitor da UFBA, Penildon Silva Filho, Pró-Reitor de Graduação da UFBA e José Murilo Philigret Batista, Pró-Reitor de Administração da UFBA, que abriram espaço em suas concorridas agendas para comparecer ao evento. Ademais, homenagearam-me com suas presenças, Jorge Grespan da Universidade de São Paulo, Celeste Maria Philigret Baptista, da Faculdade de Economia da UFBA, Maria Cecília Velasco e Cruz, professora aposentada do Departamento de Ciências Políticas da UFBA, Pedro Lino de Carvalho Júnior, da Faculdade de Direito da UFBA, Genildo Ferreira da Silva, do Departamento de Filosofia da UFBA e Marisa Muguruza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA. Wilson Gomes e Carmem Jacob, da Facom, não puderam comparecer à defesa, mas prestigiaram a pequena comemoração posterior. A todos agradeço sensibilizado.

Sumário

Sumário

- 11 Materialismo Heurístico (*José Crisóstomo de Souza*)
- 21 Anos de Escolha
- 39 Baldeação Extra-Acadêmica
- 59 A Retomada Acadêmica
- 71 A Carreira Propriamente Dita

Materialismo Heurístico

O memorial ainda incompleto do professor Mauro de Moura

JOSÉ CRISÓSTOMO DE SOUZA

Sempre se discute o que é mesmo um memorial acadêmico, o ‘acadêmico’ aqui sugerindo que a recapitulação se atenha ao foco no que possui natureza acadêmica, os chamados títulos, apenas com algum comentário explicativo, e tão somente evidencie, em sua simples listagem, a qualidade e a produtividade de um percurso profissional, no caso a carreira acadêmica de ‘professor pesquisador’ numa universidade. O memorial certamente não é uma autobiografia, nem mesmo uma autobiografia intelectual, que seria uma coisa mais abrangente. Mas, mesmo assim, não deixa ser memória e narrativa, recapitulação de um percurso no qual, de um acúmulo de realizações sucessivas, brote o desenho de um particular desenvolvimento, e em que, se não se torna explícita uma interpretação unificada dele, ao menos aparece um conjunto de elementos que se oferecem a ela. Eu arriscaria dizer que se espera que seja assim, que aí se configure um desenvolvimento e uma interpretação para ele, com um toque de *Bildungsroman*, de narrativa de autoconstrução. No caso, construção de filósofo, que rememorada e trazida à consciência possa ser assumida prospectivamente e eventualmente completada.

Pelo menos no caso do Prof. Mauro de Moura, a quem conheço profissional e pessoalmente, como meu competente colega e amigo dileto, creio que não poderia ser outra coisa. Mauro escreve bem, tem ótima memória, carrega uma experiência profissional, acadêmica e intelectual extensa e interessante, e tem tocado uma vida que merece ser narrada, da qual nos dá a conhecer, no seu Memorial, apenas uma pequena parte. Não receie porém o leitor que eu vá agora, por amigo, oferecer essa biografia abrangente e essa interpretação acabada do seu percurso intelectual-acadêmico. Vou

apenas, em algumas pinceladas, dialogar com o Memorial de Mauro, com atenção a esse tipo de coisa: a interpretação que explicita mais de seu desenvolvimento e perfil filosóficos. Para isso permitindo-me alguma especulação e tomando algumas liberdades, o que acho que seu Memorial enseja que se faça, ou pelo menos não proíbe, enquanto a amizade e a camaradagem o permitem.

O Prof. Mauro Castelo Branco de Moura começa o Memorial por seus anos de ‘escolhas/formação acadêmica’, passa aos anos de ‘baldeação profissional extra-acadêmica’, para chegar aos de ‘retomada acadêmica’ e logo à ‘carreira acadêmica propriamente dita’. Desfilando por aí uma quantidade de fatos relevantes, comentários inteligentes e valorosas realizações, além de uma extensa galeria de caros personagens e significativas influências. Deixando ver e entrever, nisso tudo, além de sua boa escrita e um pouco de sua sólida cultura, o desenvolvimento de seus interesses teóricos e de suas ideias filosóficas. Seus anos de *formação*, entre o Rio de Janeiro e o México, e depois na Bahia, são mais bem anos de ‘escolhas’ e ainda, nos começos, de ‘crise de vocação’, diz ele deixando no ar uma nota existencial e romântica ao reclamar que sua formação ainda não se completou e que não pretende se completar enquanto vivo estiver. Sua segunda grande estação, no texto, será uma de *baldeação*, já profissional, a escolha do termo sugerindo o prosseguimento de uma viagem (daquela que primeiro lhe levava do Rio ao México e depois à Boa Terra, entre outras mais breves), mais especificamente uma aventureira navegação, por uma troca de barco e um desvio de itinerário, para outros mares, extra-acadêmicos, os da economia e do planejamento estatais. Algo apesar de tudo não muito distante das suas escolhas universitárias e filosóficas precedentes, que eu diria giraram em torno de uma teoria econômica humano-crítica, panexplicadora, ao mesmo tempo muito mais do que simples economia, uma teoria particular tanto da Modernidade como da emancipação moderna dos homens, aquela do grande projeto mais geral de Karl Marx. Depois da baldeação ou afastamento, o próximo passo de Mauro será então um de *retorno*: sua retomada acadêmica, que se mantém e se alonga até agora, no desenrolar da carreira universitária propriamente dita. Como num *périplo*, portanto, do qual não estiveram ausentes alguns perigos, desafios e tentações – filosóficos também.

Mauro jovem primeiro errou – ou absolutamente não errou - pela graduação em economia, na Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, onde quis, sem sucesso, encontrar ‘a explicação da realidade’. E enveredou finalmente, agora mais satisfeito, pela graduação em filosofia, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde firmou seu entusiasmado encontro com Marx e a literatura marxista, já antes disso embalado pela sedutora experiência, num curso pré-vestibular, das aulas de um legendário – e marxista – professor de história. Professor de uma história que, para Mauro como para ‘o grande renano’ (Marx), não só poderia como deveria ser

‘rigorosamente científica’ e, ao mesmo tempo, inteiramente ‘libertária’, orientada por um *telos* emancipatório, o comunismo, como negação cabal única do real capitalismo. Dessa graduação iniciada na UFRJ, Mauro tem entretanto para destacar apenas as aulas de filosofia grega clássica, que fez com José Silveira da Costa, leitor de Aristóteles, Tomás de Aquino e mais aristotélicos medievais. Tentado, então, em pleno período da ditadura militar, pelo ativismo político estudantil, de oposição e de esquerda, foi salvo dessa prática arriscada e da ‘pobreza’ da UFRJ por justificada intervenção materna que lhe enviou para fora do país, ao México livre e democrático, para completar seu estudo universitário de filosofia com mais segurança. Com efeito, seu pai, médico, militar e nacionalista, que fizera curso no famoso ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do Rio de Janeiro, uma espécie de *think tank* desenvolvimentista, econômico e filosófico do país, já havia sido perseguido e casado pelo regime ditatorial brasileiro.

Pode-se dizer que foi no México, para onde se mudou então por cuidados e circunstâncias familiares, que Mauro começou mesmo a se ensaiar com a filosofia, enquanto concluía a graduação e iniciava o mestrado nessa área, cujos créditos de disciplina também concluiu naquele país. Ele nos conta que o México lhe pareceu interessante porque lá, diferente do Brasil da ditadura e da insípida e reprimida UFRJ, pôde encontrar e estudar livremente as obras de Marx e Engels, na UNAM, Universidade Nacional do México, na qual se matriculou. Conta-nos ainda que já chegou lá em contato com o professor brasileiro Ruy Mauro Marini, típico expoente da chamada ‘teoria da dependência’. Concepção que muitos de nós no Brasil considerávamos trotskista por propor que nosso histórico subdesenvolvimento já era um pleno capitalismo, e por a nosso juízo minimizar assim a questão do ‘imperialismo’. Mauro Marini de quem logo acompanhou, entre outros cursos, um rigoroso estudo exegético do *Capital* de Marx.

No México (e na UNAM) também estavam, naquela ocasião, ainda ativos, alguns importantes estudiosos da sua área de interesse, fugidos da Espanha franquista, todos focados – observa Mauro, surpreso mas sem reprovação - no ‘legado teutônico’ de pensamento filosófico, como representado por Heidegger, Hegel e o próprio Marx. Estavam ademais, e mais foram chegando, os exilados, de esquerda marxista, de várias partes da América do Sul, Central e do Caribe, inclusive da ditadura brasileira, com os quais Mauro de Moura apropriadamente se associou na defesa de anistia e liberdades democráticas para o Brasil, prudentemente sem envolvimento com a política do próprio México, que, mesmo democrático e livre, perseguia, torturava e eliminava opositoristas ativos de esquerda radical. Entre seus professores de filosofia no novo país, Mauro destaca Bolívar Echeverría, com quem novamente estudou *O Capital*, cursando por vários semestres sua disciplina Economia e Filosofia,

e também José Ignacio Palencia, de formação jesuítica, seu professor de filosofia medieval, com quem pôde dar uma rápida olhada em Hegel. E por fim Mauro de Moura destaca mais ainda, por particular amizade e admiração, o professor Mario Otero, uruguaio, com formação na França e nos Estados Unidos, estudioso de epistemologia, história e filosofia da ciência, e de uma variedade de autores, que iniciou Mauro na pesquisa em filosofia. Para o Prof. Otero nosso então aprendiz de filósofo fez trabalhos escolares de crítica a Karl Popper, racionalista crítico anti-historicista tratado pela esquerda como positivista, ao pluralista e liberal Isaiah Berlin, ao destino capitalista da técnica e, por fim, elaborou uma monografia a favor da ‘cientificidade da história’ - em termos marxistas.

Mauro aparentemente começa assim a se formar com um pé numa linha um tanto ensaísta de trabalho filosófico, e outro naquela, mais inibida, basicamente monoautoral, de ‘estudo interno’ de filósofo canônico, histórico, no seu caso, o sedutor Karl Marx, linha até aqui dominante no Brasil. Durante a maior parte de seu percurso intelectual, senão de todo ele e até agora, Mauro preferiu não ‘casar’ nem ‘cruzar’ seu Marx com nenhum outro filósofo ou outra corrente de filosofia, nem mesmo, como no caso de outros marxistas, com Hegel, Freud ou Nietzsche, escolhendo em vez disso abordar temas os vários sempre no interior do paradigma marxiano clássico de pensamento (ao que parece abrindo apenas uma exceção para Tomás de Aquino). Sua substanciosa monografia de graduação teve por título “Em Torno do Problema do Sujeito da História”, para ele como para Marx um sujeito social ainda por ser ‘edificado’ enquanto sujeito único, coletivo, constituído como sociedade sem classes, humana, a sociedade como sujeito, finalmente ciente, consciente e em controle. Sendo essa ‘edificação’ a tarefa de uma vanguarda revolucionária, comunista, teoricamente informada por Marx, com cuja ciência teórico-filosófica coincidiria a nova consciência: a vanguarda como um sujeito preliminar, do qual nos imaginamos fazendo parte, tendo o conjunto da sociedade – e por fim toda a humanidade - como seu objeto. Pelo visto, Mauro Castelo Branco de Moura tinha agora, razoavelmente estruturada, sua visão do que seria ‘a Realidade’ em seu conjunto, isto é, aquela visão que a teoria de Marx propõe, e o tinha justamente ao tempo em que o Brasil começava a encerrar seu período ditatorial. O que, junto com a experiência de uma rápida viagem ao nosso país por motivos familiares, trouxe-lhe a decisão de voltar definitivamente à terra natal depois de cinco profícuos e marcantes anos de México.

Mouro no nome classicamente lusitano, como Marx no apelido, na verdade duas vezes mouro, Mauro de Moura, nosso marxista marxólogo de linguagem castiça, nunca mais deixou de ter igualmente uma acentuada afinidade hispano-americana, de ser competente *hispano-hablante* e dançador de salsa. E de manter laços pessoais e acadêmicos com os muitos amigos feitos no México, muitos depois instalados em

destacadas carreiras na burocracia acadêmica e política. Pois Mauro sempre teve a inclinação e a capacidade para fazer e cultivar boas amizades, genuínos laços afetivos, inspirado na rica ideia clássica, aristotélica, de *Philia*, que frequentemente lhe apraz evocar. Além disso, e junto com isso, romântico, sentimental e esteticamente mobilizado – como nos conta - pelo musical *West Side Story* (o filme *Amor Sublime Amor*, com encantadores personagens porto-riquenhos), ele, no México, cativou-se pelo vizinho Caribe, ilhas e mares, por sua música, por causa política e de coração, por uma pequena Porto Rico rebelde e por uma não muito maior Cuba *libre*, as quais, juntas, na imagem da poeta que cita, ‘são de um pássaro as duas asas’.

E ainda quanto ao resultado do voo, *vole d’oiseaux*, da filosofia na sua estação mexicana? Quanto a esse, além do que já foi dito, creio que Mauro, junto com o marxismo foi assumindo uma posição ‘realista forte’, à la Aristóteles e Tomás de Aquino, posição do mesmo modo *aristotelicamente* naturalista (não sem algo de Rousseau) – de oposição ao fictício, ao artificial, ao separado, ao abstrato, ao não humano-natural. E assumiu também uma inclinação mais ontológica, até antropológica, do que epistemológica. Embora, creio, quicá por influência do querido Prof. Mario Otero, o apelo da epistemologia tenha com ele permanecido, subalterno, em tensão latente com sua visão geral realista-ontológica das coisas (‘científica’ em termos alemães, grão racionalista-dialéticos, séc. XIX, de *Wissenschaft*, uma mistura de ciência com filosofia, como *Teoria* crítico-emancipatória). Ainda que mesmo algo de Popper (e talvez até de Isaiah Berlin) tenha-lhe permanecido e lhe vá reencontrar mais adiante, como veremos, quem sabe como destino, tanto quanto suas afinidades afetivas hispano-americanas...

De volta à sua Rio de Janeiro em 1980, o carioca Mauro logo se filiou ao PMDB, pela mão de um coronel aviador ‘militar patriota’ (como seu pai também arbitrariamente expulso da Força Aérea pela ditadura), e ao mesmo tempo buscou prosseguir seu mestrado na UFRJ. Razões de coração e novamente sua mãe, porém, levaram-lhe à Bahia, onde veio a constituir família e a se profissionalizar em cargo de confiança no setor de planejamento econômico do estado. Aí, num núcleo assessor de planejamento central, Mauro, ‘baldeado’ profissionalmente para fora da academia, não abandonou a atividade produtora e publicadora de artigos. Ao contrário, publicou na revista do núcleo, *Informe Conjuntural*, vários artigos de tipo mais conjuntural e técnico, ligados à realidade do estado e a sua economia. Publicou também, anos depois, encerrando suas atividades na revista, um texto sobre o famoso primeiro capítulo do *Capital*, de caracterização da obra de Marx como culminância do ‘grandioso projeto de crítica da economia política iniciado em 1844’. Pois, com efeito, interessado em voltar à atividade acadêmica na posição de docente, Mauro logo que pôde também ingressou no mestrado unificado de Ciências Sociais da Universidade Federal

da Bahia, que era então o único da área de ciências humanas no estado, tratando de voltar ao seu projeto de dissertação iniciado no México. Outras atividades, porém, impediram-no, em 1986, de prosseguir esses estudos de mestrado mas não lhe fizeram desistir de seus planos.

Para voltar à academia e à filosofia, no ano de 1990, Mauro fez com sucesso o primeiro curso de especialização em filosofia, para o magistério do segundo grau, oferecido pelo Departamento de Filosofia da UFBA. Desse curso ele destaca a contribuição do professor Delmar Schneider, outro ex-jesuíta, brasileiro teuto-gaúcho, hegeliano-tomista, ‘entre os maiores professores de filosofia que conheci’, diz Mauro. A Schneider ele atribui a contribuição maior para sua formação na ‘tradição clássica de Platão, Aristóteles, Kant e sobretudo Hegel’, sendo Schneider o professor que ademais lhe orientou no trabalho de conclusão do referido curso, sobre ensino de filosofia. Na mesma época, Mauro fez concurso para a docência no ensino secundário do Estado da Bahia, atividade que chegou a exercer por algum tempo. Fez em seguida concurso para o Departamento de Filosofia da UFBA e, aprovado, encerrou assim a longa ‘baldeação’ pelo planejamento de estado e a breve incursão pelo ensino público secundário. Pôde agora, amadurecido, entrar finalmente pela carreira acadêmica de professor universitário de filosofia e, assim que se tornou possível, pôde buscar a titulação exigida para ela: a pós-graduação *stricto sensu* em filosofia. Para esse último requisito, Mauro não deixou de pensar em voltar ao México, como também pensou em ir para Portugal, mas acabou mesmo destinando-se ao Rio de Janeiro (onde ainda tinha parte da família), ao bem avaliado programa de filosofia da sua UFRJ agora muito melhorada. Para variar, começou o doutorado cursando disciplina sobre *O Capital* com o teuto-gaúcho Franklin Trein, que tinha passagem pela Universidade Livre de Berlim - mas fez também uma outra com o popperiano professor Alberto Oliva.

Mauro doutorou-se em 1997, com tese muito interessantemente titulada “Os Mercadores, o Templo e a Filosofia: Marx e a Religiosidade”, que foi depois publicada como livro. Texto que, dentro de típica estratégia jovem-hegeliana de imputar religião ao discurso concorrente que mais criticava, no caso à chamada economia política clássica, tomou como fulcro a denúncia marxiana do ‘fetichismo’ (de fictício) posto pela produção de mercadoria e cada vez mais desenvolvido nas formas superiores da produção propriamente capitalista. Desde então, a questão do fetichismo, de patente filiação feuerbachiana, e a crítica do ‘abstrato’ (que não deixa de incluir a mesma filiação), tratadas por Marx na obra *O Capital*, tornaram-se para Mauro o assunto mais central. Tal como em boa medida também o problema correlato da crítica da religião, ou, melhor, do cristianismo, em Marx, a partir da mesma chave (o fetichismo), indo Mauro então da crítica do capitalismo à crítica da religião, ou melhor, à

crítica do capitalismo como ‘religioso’. Nesse transe, Mauro parece ter desenvolvido um curioso gosto por metáforas e alusões religiosas cristãs, reiteradas em títulos de suas críticas marxianas do capitalismo, como ‘o mundo encantado dos energúmenos do capital’, ‘os avatares da laicização fetichizada’, ‘a religião laica do capitalismo’, ‘os mercadores do templo’, etc. Com a costumeira denúncia marxiana de velamentos, mistérios, enigmas e realidades ‘religiosos’ supostamente engendrados e ao mesmo tempo velados pelo e no capitalismo, este como numa versão piorada da religião tradicional, isto é, do cristianismo.

Já doutor e portanto cidadão pleno da comunidade acadêmica de filosofia, Mauro associou-se ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que tem como figura de proa o althusseriano prof. João Quartim de Moraes, participando com destaque de seus encontros, com comunicações apresentadas e artigos publicados sobre diversos tópicos da obra madura de Marx, desenvolvidos ao modo de interessantes ensaios exploratórios. Veio depois a integrar e mais adiante a coordenar o Grupo de Trabalho Marx (da ANPOF), e por fim a juntar-se à respeitada e atualizada revista *Crítica Marxista*, em que tem publicado artigos importantes, tendo-se tornado membro do seu conselho editorial. No nosso modo de ver, no fundo, trabalhando sempre com a oposição geral, de caráter normativo, concreto-humano vs abstrato-desumano (i.e., alienado/fetichizado), desdobrada em outras tantas (sempre de caráter valorativo) como: uso vs troca (mercantil), valor de uso vs valor de troca, propriedades sensíveis vs propriedades não-sensíveis (‘místicas’, ‘religiosas’, ‘misteriosas’, porque, no fundo, *ocultamente* sociais), trabalho concreto vs trabalho abstrato, riqueza concreta vs riqueza abstrata, etc. etc., que são de Marx - ‘com remissões a Aristóteles’ e ao seu viés natural-social, de agrado também de Mauro. Além de trabalhando, ainda no meu modo de ver, com a conhecida chave marxiano-feuerbachiana, antropológico-humanista, da *inversão* - como na denúncia crítica e antropológica de Feuerbach, contra o descaminho ‘religioso’ (cristão), básico, em que o ‘verdadeiro’ sujeito resulta tornado objeto/predicado enquanto o objeto/predicado fica convertido em sujeito.

A essa altura Mauro já se tornara o maior especialista que conheço na obra do Marx maduro (em leitura, entretanto, jovem), em particular do *Capital* e mais ainda de seu primeiro volume e primeiro capítulo. Mas isso ainda não é dizer tudo da perspectiva filosófica de Mauro, pois sua própria inclinação para o concreto e o sensível, tanto quanto para o social, o natural e o marxiano-feuerbachianamente antropológico, junto com o que suponho ser o seu latente flerte com as demandas da epistemologia (como Popper) e do nosso tempo, leveram-no ao embate contra reducionismos, economismos, esquematismos e metafisicismos eventualmente presentes no marxismo ou pelo menos em suas interpretações dominantes. Tendo começado pela cobrança de

uma compreensão e um uso mais corretos da concepção de modo de produção, por uma demanda de rigor e ortodoxia, como modo de reprodução, Mauro veio depois a cobrar uma consideração mais efetiva da esfera da reprodução (a da procriação) e de suas especificidades, que a distinguiriam irredutivelmente, mesmo nas sociedades modernas, da *esfera* de produção material, de predomínio das relações mercantis. Como no seu texto ‘Materialismo e Família’, que trata de uma particular ‘produção’, a de indivíduos humanos, diferente da outra (de bens/mercadorias), e tão relevante quanto esta para a existência e perpetuação, para a caracterização e compreensão, da sociedade e da própria ‘espécie’ (os indivíduos humanos).

Do exame dessa ‘esfera da procriação’, e movido por ele, Mauro foi conduzido à exploração de ‘elementos para uma teoria materialista da cultura’, o que não é pouca ousadia, considerando-se que *cultura* é uma palavra que Marx praticamente não usou, muito menos para designar um conceito relevante na sua teorização e uma esfera relevante da sua realidade. Mauro nesse empenho parece invocar algo de um dos autores de sua predileção, Marcel Mauss, da posição deste quanto à relevância e o papel de outra forma de constituição de *vínculos sociais* e de solidariedade: a troca de valores não estritamente sensíveis, mas simbólicos, fora da lógica mercantil, como dádiva. E essa troca como sendo relevante mesmo para as sociedades modernas, onde, de acordo com Mauss, ela opera não só na família e na cultura, mas também na economia, na política, etc. , isto é, opera mesmo no conjunto da sociedade. Digno de menção, de outro lado, é que, no seu movimento de ‘culturalização’, Mauro, um filósofo materialista e histórico, ainda busca por ‘formas puras (!) da socialidade’ e ‘condições de possibilidade de qualquer (!) sociedade humana’: a família, ainda que em suas formas históricas. Ou seja, Mauro parece ainda procurar por um ponto de vista transcendental (às costas dos sujeitos comuns), com vocabulário transcendental pelo menos, de um jeito próprio da estratégia fundacionista do idealismo alemão, no caso nem hegeliano mas expressamente kantiano, como cerne e medida da cultura mesma. Quer dizer, por esse ponto de vista creio que continuaríamos ‘deduzindo’ a sociedade de um ou dois fundamentos determinantes, e tratando de escapar ‘transcendentalmente’ das pretensões da metafísica tradicional, de escapar do ‘sono dogmático’ e da ‘razão pura’, no próprio momento em que tudo (o conhecimento também) está sendo trazido para o interior da história, da sociedade, da cultura e das práticas. Pelo visto, é difícil admitir a plena historicidade e contextualidade não só do objeto mas também do sujeito, que deveria incluir o próprio sujeito que conhece, bem como o conhecimento que ele sustenta.

Assim, não é que as possíveis tensões internas à sua compreensão deixem de continuar a empurrar o desenvolvimento de Mauro rumo a perspectivas mais novas e, como ele mesmo pretende, decididamente contemporâneas. Ele agrega agora a suas

‘heresias’ um exame crítico da dialética marxiana-engelsiana, que deveria no nosso tempo escapar finalmente a esquematismos e a pretensões totalizantes que seriam coisa de ‘metafísica pouco atilada’. Enquanto, de um lado, acha vantajoso compreender a realidade, digamos, holistamente, como *processo* e *interação*, de outro passa a lhe desagradar a atribuição de plena racionalidade (de uma lógica dialética necessitarista, até mecanicista-dualista, muitas vezes predefinida) ao Real, e que aquela compreensão do real como processo possa pretender-se ‘capaz de abarcar tudo’. Numa perspectiva de *aggiornamento* teórico, Mauro olha agora para a ‘teoria da complexidade’ como uma alternativa de compreensão das coisas, ao mesmo tempo mais ‘dialética’ e menos ‘esquemática’. Com efeito, o que geralmente se denomina de teoria da complexidade não só se baseia numa crítica a mecanicismos, dualismos e determinismos fechados, a certezas e explicações últimas e absolutas, ao modelo século XIX de ciência, como entende o real como cambiante e mesmo caótico, desprovido de estruturas muito fixas e definidas, tomando então o próprio conhecimento como participante dessas mesmas contingências e imperfeições. Mas como ficaria a dimensão normativa (digamos, emancipatória) da alegada teoria libertária, no interior do novo paradigma da complexidade?

Ainda em relação a essa *atualização*, Mauro já vinha se aproximando de tematizações epistemológicas ‘críticas’, com seus textos sobre Popper e ciências sociais, sobre o ‘ceticismo’ de Marx, sobre uma ‘razão crepuscular’, etc., etc., tematizações que talvez o aproximem também, quem sabe via Althusser e mesmo Popper, das contribuições construcionistas de Bachelard, Kuhn, Koyré, no campo da ciência, para longe de fundacionismos e correspondentismos simplificadores, do velho racionalismo dogmático. Para essa sua nova perspectiva geral, crítica, ou novo paradigma, Mauro escolhe o nome de ‘materialismo heurístico’ (o marxista, filósofo, não-leninista, Karl Korsch também considerava o materialismo de Marx como um ‘instrumento heurístico’ para a prática). Como sabemos, heurístico (termo a que Bachelard e Popper também recorrem) refere-se, no plano do conhecimento, ao que ajuda a levar adiante o entendimento de alguma coisa ou a resolver algum problema, por via tentativa, provisória, vulnerável ao erro e assumidamente prática. Heurístico é o que nos pode guiar proveitosa e fecundamente no conhecimento, aos resultados visados; não é o perfeito, o final, o verdadeiro, mas o que é suficiente para nossos propósitos. Afinal, o próprio ‘materialismo prático’ de Marx (o termo é dele, para seu próprio ponto de vista), social e histórico, não queria ser apenas – ainda que nem sempre consistentemente – um guia para a compreensão e a prática? O retorno à perspectiva da interação sempre recíproca, e do uso sempre prático, material, sensível, ao ponto de vista do agente *versus* o da contemplação, da separação e da abstração, da ‘teoria’, e o chamado do gosto romântico pela invenção e pelo novo estão convidando nosso

Mauro a novas viagens filosóficas e a novas heresias. Não é essa a vocação da filosofia e não é essa a vocação de Mauro?

Anos da Escolha



Pensei em designar, originalmente, “anos de formação” ao período inicial de minha profissionalização, porém, a expressão tinha o grave inconveniente de sugerir um desfecho antecipado para o processo que espero, sem pieguismo algum, não ocorra muito antes do fim dos meus dias... O fato é que não tenho qualquer intenção de dar por encerrado meu período de “formação”! Na verdade, este período inicial, digamos assim, caracterizou-se por importantes definições que moldaram o percurso posterior e meu ingresso no mundo acadêmico propriamente dito esteve marcado por grandes hesitações, embora tivesse como fio condutor uma busca de compreensão da realidade que me acompanha até os dias de hoje.

Filho de médico, minha primeira opção foi a de seguir os passos paternos. Àquela época o equivalente ao atual ensino médio estava cindido em clássico e científico, sendo o primeiro mais indicado àqueles que tivessem inclinações humanísticas e o segundo para os que almejassem as engenharias ou a área médica. Cursei o científico, preparando-me para o vestibular em medicina, porém, ao longo do curso me fui precatando de que não tinha qualquer aptidão para disciplinas como a biologia ou a química, embora teorias como o evolucionismo ou a atomística me interessassem muito e, mesmo com uma formação relativamente deficiente em matemática, em virtude de transferências de escolas por razões alheias ao meu arbítrio ou vontade ao longo do ginásio, era bom aluno em física. No entanto, as disciplinas que mais me atraíam eram as das humanidades e, sobretudo, lia muito.

No último ano do científico não sabia bem o que fazer, porém, estava bastante seguro de que não queria medicina, nem nada a ela relacionado. Em minha casa

sempre houve muitos livros. Meu pai, ademais de médico psiquiatra, era um homem de esquerda, militar, porém nacionalista, embora tivesse servido nos Estados Unidos na época da Guerra. Em 1964 foi preso¹ e, em seguida, expulso das forças armadas por obra do arbítrio ditatorial, uma vez que jamais foi condenado em processo algum². Frequentava àquela época certas rodas intelectuais do Rio de Janeiro³ e fez um curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, contudo, como não era comunista, embora nutrisse grandes simpatias pelo bloco socialista, em sua biblioteca havia pouco de Marx e Engels. Dela constavam, no entanto, marxistas brasileiros como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, etc⁴. Em minha crise de vocação, de um modo um tanto confuso, comecei a acalentar a ideia de que na economia poderia encontrar a panaceia explicativa da realidade que buscava.

Prestei vestibular e ingressei, aos dezoito anos, no Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, mais conhecida como Cândido Mendes, em 1972, porém, minha decepção com o curso foi quase instantânea. Nele, pelo menos em seu início, não cursávamos disciplinas que discutissem as diferentes teorias econômicas e suas tentativas de explicar a realidade, lembro-me de ter cursado matemática, contabilidade, administração, microeconomia e direito. Aliás, nenhum dos professores causou-me uma impressão que merecesse registro. Meu desinteresse completo implicou num

-
- 1 Meu pai já fora preso em 1961, com outros militares legalistas, por ocasião da tentativa de golpe após a renúncia do presidente Jânio Quadros e que culminaria com a adoção do parlamentarismo.
 - 2 Inicialmente foi passado compulsoriamente para a reserva e, em sua própria avaliação, sua expulsão da Aeronáutica teria sido motivada pela antipatia recíproca com um colega de farda de trajetória particularmente deletéria: o à época coronel João Paulo Moreira Burnier. Dentre suas “façanhas” podem ser elencadas a de liderar o levante golpista de Aragarças, tentar explodir o Gasômetro do Rio, o desaparecimento de Rubens Paiva, o assassinato de Stuart Angel, etc. Segundo meu pai, opinião respaldada em comentários emitidos por amigos militantes nas fileiras da direita, não fora por sua animosidade pessoal com o Burnier e sua “punição” não teria ido além da passagem involuntária à reserva.
 - 3 Lembro-me muito bem, por exemplo, da figura de Roland Corbisier, para mencionar apenas um nome.
 - 4 Além de Freud, os psicanalistas, compêndios médicos, muita literatura e autores brasileiros, sobretudo os nacionalistas, estavam bem representados na biblioteca paterna. A reverberação das memoráveis jornadas em defesa do “petróleo é nosso” ainda ecoavam com muita força naquela época e o Monteiro Lobato de **O Poço do Visconde** me foi proporcionado, desde a mais tenra idade, em grandes doses, através de toda sua obra infantil. Aliás, fui alfabetizado numa escola que se chamava, significativamente, Instituto Monteiro Lobato...

desempenho acadêmico apenas sofrível, extraído a fórceps e, ainda no início do segundo ano, após algumas peripécias pessoais, decidi abandoná-lo definitivamente. Para desagrado de minha saudosa mãe, recém falecida em 16 de maio de 2015, comecei a manifestar grande interesse em ingressar no curso de filosofia. Um amigo, Luiz Fernando Bravo, dono de um cursinho de vestibular, permitiu-me frequentá-lo graciosamente, mas só me interessei pelas aulas do professor de história, o quase lendário Manuel Maurício de Albuquerque, professor cassado da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que passara a ganhar a vida ministrando aulas nos pré-vestibulares⁵. Se já nutria grande simpatia por autores marxistas, esta consolidou-se, ainda mais, com a participação em suas aulas. Desde o ginásio que a história exerceria um fascínio maior sobre mim, porém associado a uma grande aversão à memorização de efemérides, prática relativamente generalizada à época no estudo da história, inclusive cobrada no vestibular. A perspectiva de uma historiografia rigorosamente científica, como a defendida pelo Manuel Maurício e, ademais, libertária, entusiasmou-me e a teoria de Marx, por este motivo, converteu-se no objeto principal de minhas ambições intelectuais⁶. Para acercar-me do pensamento do grande renano necessitava percorrer, no entanto, em alguma medida, sua trajetória intelectual e, com isso, a filosofia passou a despertar, ainda mais, meu interesse.

Em 1974, com vinte anos, portanto, ingressei no curso de filosofia da UFRJ. O clima no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS não era propriamente estimulante àquela época. Muitos livros haviam sido sumariamente suprimidos da biblioteca, dos livros de Marx *et alii* só se encontravam vestígios através de suas fichas catalográficas, pois as obras propriamente ditas haviam desaparecido, muitos professores foram cassados e respirava-se um ambiente envenenado pela suspeição e pela possibilidade de delação permanentes. Tínhamos aula de Estudos de Problemas Brasileiros, que jocosamente chamávamos de “Pra Frente Brasil”, em conjunto com os alunos de história e sociologia e ministradas pelo professor Jorge Boaventura, vindo diretamente da Escola Superior de Guerra para doutrinar-nos, ou melhor, para combater-nos, porque sua disposição de ânimo era a do confronto (desigual e covarde, já que o medo nos impunha o silêncio!). Este convívio obrigatório entre

5 A importância de sua influência sobre toda uma geração de estudantes pode ser ilustrada com a publicação póstuma de um livro contendo trabalhos seus e depoimentos de alunos e colegas intitulado **Manuel Maurício de Albuquerque: Mestre-Escola Bem-Amado, Escritor-Maldito**, Rio, Jorge Zahar, 1987.

6 Exemplo das ideias defendidas por Manuel Maurício, embora pálido, porque suas exposições eram muito mais ricas e coloridas e, portanto, cativantes, pode ser encontrado em seu livro intitulado **Pequena História da Formação Social Brasileira**, Rio, Graal, 1981.

alunos de diferentes cursos, no entanto, tornou-se muito alentador, sobretudo pela presença de alguns colegas mais experientes atingidos pelo Artigo 477 e que haviam retornado após o cumprimento da pena de afastamento.

Relevantes, no momento, foram também as tentativas de reorganização do movimento estudantil e a participação ativa no processo eleitoral de 1974, uma vez que parte das forças da esquerda deliberou engrossar as fileiras da oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, abandonando a posição anterior de defesa do voto nulo⁷. Houve ainda a tentativa de editar uma revista de filosofia, que contou com a simpatia inicial dos discentes e docentes de filosofia e, inclusive, obteve certa complacência do diretor do Instituto, Eduardo Prado de Mendonça, à época, também, se não me falha a memória, presidente do Centro Dom Vidal, ligado ao conservadorismo católico. Esta circunstância inspirou-nos a ideia de entrevistar Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde, grande prócer do Centro (por ele presidido anteriormente por longos anos) e que se convertera num crítico ácido e contumaz da ditadura militar. Nosso Diretor, com isso, ficou na desconfortável disjuntiva de: autorizar nossa publicação e também se tornar por ela responsável, entrevista inclusive; ou ter que censurar Alceu Amoroso Lima, insigne prócer de sua própria confraria, pois sabia que ele desancaria contra a falta de liberdade de pensamento na ditadura, como, de fato, ocorreu. Entre a cruz e a caldeirinha, para não fazer uma coisa nem outra, entrou de férias ou licença, já não me lembro muito bem, mas o certo é que nos cozinhou em banho maria e a revista (e a entrevista) nunca foram publicadas.

Outra circunstância memorável daquele período foi a frequência periódica aos muitos sebos existentes nas cercanias do Largo de São Francisco, no Centro do Rio, onde, às vezes, ainda era possível garimpar alguma obra de Marx ou de Engels. Livreiros mais ousados dispunham de algum Lênin camuflado ou de outras obras proscritas, o que nos aguçava a curiosidade. Fazíamos a festa quando morria alguém de esquerda e os herdeiros se desfaziam da biblioteca. A voz corria célere entre nós... Isto permitiu mitigar um pouco as enormes e inevitáveis lacunas produzidas pela censura e teve o efeito de atizar ainda mais, como toda coisa proibida, a curiosidade e o desejo de conhecer aquilo que nos era negado. Em mim funcionou como um poderoso estimulante. Assim, a despeito das condições muito adversas ao desenvolvimento acadêmico, minha convicção de que a escolha pela filosofia fora acertada

7 No retorno ao Brasil, inclusive, filiei-me ao PMDB, com minha ficha de afiliação abonada (para mim um grande orgulho!) pelo Coronel Aviador Paulo Malta Rezende, militar patriota, também expulso, como meu pai, das forças armadas em 1964 e que se deu à pachorra de me ensinar álgebra no ginásio para suprir minha deficiência curricular motivada por transferências intempestivas de escola, ocorridas como corolário do golpe militar.

sedimentou-se e, para isso, além do convívio com certos colegas, contribuíram alguns professores, em especial José Silveira da Costa, atento leitor da obra de Tomás de Aquino, dos aristotélicos medievais e também de Aristóteles. Cursei com ele as duas histórias da filosofia antiga. Perdi quase completamente o contato com os colegas da época, sobretudo em virtude do longo período que passei no exterior, muitos dos quais sequer me recordo de seus nomes completos. Lembro-me bem, no entanto, de Eduardo Cantanhede, Agostinho Valente (deputado estadual e federal pelo PT na década de 90) e, sobretudo, de José Henrique Rollo Gonçalves, que se transferiu do curso de Filosofia para o de História e atualmente é professor da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, e de Lucia Stambowsky, minha muito querida e saudosa amiga, que também foi ao México, no ano subsequente ao da minha ida, e lá veio a falecer em um trágico acidente, aos 24 anos...

O temor de minha mãe com meu envolvimento no movimento estudantil ensejou uma conspiração familiar que teve como desfecho minha mudança para o México. Muito amiga da irmã de Ruy Mauro Marini, Ofélia Marini, ambas urdiram o plano que me levaria, juntamente com seu filho Bruno, à Cidade do México. Embora não aspirasse sair de onde estava, a tentadora perspectiva de poder estudar livremente a obra de Marx, Engels e outros autores soou-me, à época, como um irresistível canto da sereia e no dia 9 de agosto de 1975 embarcamos rumo ao lugar que marcaria profundamente toda a minha trajetória pessoal e acadêmica⁸. Neste momento não sabia ainda, mas só retornaria ao Brasil e, mesmo assim, por um breve período, no início de novembro de 1980. Meu retorno definitivo, no entanto, só aconteceria quase um ano depois, no começo de dezembro de 1981, ou seja, mais de seis anos depois de minha partida. Durante este longo período, muitos foram os colegas e professores que me influenciaram significativamente.

A *Universidad Nacional Autónoma de México* – UNAM é uma instituição de ensino superior extraordinariamente grande e complexa. Desde os anos cinquenta que suas instalações foram transferidas do Centro para um enorme e moderno campus universitário situado próximo à saída a Cuernavaca, no sul da Cidade do México. Dotada de boas instalações, com bibliotecas de invejável acervo e uma vida cultural muito intensa, era o lugar dos sonhos para quem vinha de uma realidade acadêmica tão acanhada como a que prevalecia no IFCS da UFRJ daquela época. Ademais, o

8 Parece adequado recordar aqui a generosa acolhida da família de Carlos Taylor, líder sindical brasileiro que, a esta época, já purgava uns dez anos de exílio, onde fiquei hospedado alguns dias até que conseguisse um local adequado para morar. É com nostálgico carinho que me recordo de Dona Lucinda, de Lili Taylor e dos demais membros desta família. Carlos Taylor viria a falecer em 1978, no México, sem jamais ter podido regressar ao seu país...

México contava com razoável tradição filosófica local⁹ e se havia beneficiado muito com o exílio republicano espanhol que para lá convergiu após a vitória do franquismo e, embora o prestígio da francofonia também fosse muito grande nas humanidades da UNAM, na área filosófica rivalizava com ela, em boa medida pela influência dos professores espanhóis, o legado teutônico. José Gaos, Joaquín Xirau, Wenceslao Roces, traduziram para o espanhol importantes obras de autores de língua alemã. Não sei muito bem quais seriam as razões, mas, talvez por alguma rivalidade histórica com a fronteira França, o mundo filosófico hispânico, pelo menos aquele que migrou para o México, ostentava uma forte inclinação à influência alemã.

Alguns daqueles exilados ainda estavam na ativa quando lá cheguei e pude cursar disciplinas com Eduardo Nicol, Ramón Xirau, Adolfo Sánchez Vázquez e, sobretudo, com o extraordinário Wenceslao Roces, homem de inigualável erudição. Quando tive o privilégio de ser seu aluno ele já estava muito idoso e com acentuada deficiência de audição, porém, seu curso, apesar disso, atraía uma quantidade incomum de interessados. Foi uma experiência marcante ter frequentado suas aulas. Outros exílios, contudo, convergiram para o México e a UNAM conseguiu reunir uma parcela significativa da diáspora latino-americana daquela época. Fui aluno, por exemplo, de José Luis Balcárcel, guatemalteco, Néstor García Canclini, argentino, Bolívar Echeverría, equatoriano e Mario H. Otero, uruguaio, sendo que os dois últimos desempenhariam um papel particularmente relevante em minha formação.

Minha chegada ao México ficou marcada pelo contato inicial com Ruy Mauro Marini, de quem nunca mais me afastei completamente e por quem mantenho, até hoje, um enorme apreço e admiração, aliás, creio, como todos aqueles que o conheceram e conviveram com ele. Ex-professor da UnB e formulador, junto com Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra (estes dois últimos também no México à época), da teoria da dependência, havia retornado há pouco à pátria de Villa e Zapata depois do golpe no Chile e gozava de grande prestígio e influência em certos meios políticos e acadêmicos. Embora fosse professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais e não na de Filosofia e Letras, onde me inscrevi como aluno, frequentei informalmente vários de seus cursos, inclusive um direcionado especificamente à exegese de *O Capital* de Marx. Na verdade, iniciei a leitura desta obra, ainda em 1975, sob sua supervisão e isto marcou profundamente todo o meu desenvolvimento teórico ulterior. Muito rigoroso no tratamento do texto, Marini, porém, buscava interpretá-lo à luz da experiência política contemporânea, procurando

9 Alfonso Reyes, Samuel Ramos, Luis Villoro ou Leopoldo Zea, por exemplo, seriam alguns dos nomes que se poderia mencionar.

utilizá-lo como uma ferramenta para a análise do presente. Em seus cursos introdutórios, no entanto, que atraíam verdadeiras legiões de estudantes de sociologia e cursos correlatos, além de infiltrados de outras áreas como eu, passava em revista muitas obras de Marx e de Lênin, sobretudo. Sempre foi avesso a simplificações e os autores por nós examinados, mesmo aqueles com os quais discordava ou criticava, deveriam, antes, ser entendidos na complexidade de suas formulações, sempre com o cuidado de não os descaracterizar para a eventual facilitação da crítica.

No Brasil procurou-se logo tender um cordão sanitário em torno da obra do Marini. Para isto concorreu o empenho deliberado e continuado de Fernando Henrique Cardoso e que culminou com a publicação na *Revista Mexicana de Sociología*, em 1978, de um artigo provocador, assinado por ele e por José Serra, intitulado “*Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*”¹⁰, porém, que o próprio Marini atribuiria, em virtude de seu conteúdo, principalmente, à pena do Serra. No mesmo número da revista, por decisão dos editores mexicanos, foi concedida ao Marini a possibilidade de apresentar uma réplica, que seria aí também publicada sob o título de “*Las razones del neodesarrollismo (o por qué me ufano de mi burguesía)*”, a qual, no entanto, só sairia no Brasil duas décadas depois, enquanto o texto de Serra e Cardoso seria imediatamente publicado pelo CEBRAP e circularia, por esta razão, durante todo este longo período aqui, em nosso país, sem qualquer contestação. As críticas, que imputaram ao Marini, de maneira solerte, pontos de vista que notoriamente não foram os por ele defendidos, assacando-o, a um só tempo, como “economicista” e “voluntarista”, procuraram apresentá-lo como um apologista da luta armada. Não me parece oportuno entrar aqui no exame da polêmica, mas os acontecimentos ulteriores certamente corroborariam o vaticínio do Marini quando afirmou que “[...] *más que al Quijote, Cardoso y Serra se parecen a Sancho: no son los caballeros andantes del socialismo, sino los escuderos de una burguesía insaciable y rapaz*”¹¹.

O cordão sanitário sobre ele deliberadamente tendido, que este episódio bem exemplifica, talvez explique, pelo menos em parte, o fato de que a obra do Marini tenha permanecido relativamente desconhecida em seu próprio país, enquanto circulava, em sucessivas edições, por todo o restante da América Latina e pela Europa, com alguns dos seus livros traduzidos em várias línguas. Seu relativo anonimato na pátria de origem, no entanto, não impediu que orientasse, na UNAM, diversos alunos brasileiros, dentre eles: Nilson Araújo de Souza, Reinaldo Carcanholo, Nadya Araujo

10 Aliás, nesta mesma época FHC visitou, em carne e osso, o México...

11 Marini, Ruy Mauro, *Las Razones del Neodesarrollismo*, in **Revista Mexicana de Sociología** n° E/78, México, 1978, p. 99.

Guimarães (naquele tempo Castro), Renata Proserpio, César Busatto e João Pedro Stédile, por exemplo. O fato é que, à época, o Ruy Mauro gozava de um prestígio muito grande nos meios intelectuais mexicanos e que se estendia à América Latina e à Europa. Além das atividades políticas e estritamente acadêmicas que desempenhava fundou, em 1977, junto com Claudio Colombani, o *Centro de Información, Documentación y Análisis del Movimiento Obrero* – CIDAMO e foi membro do conselho editorial, juntamente com Carlos Pereyra e Bolívar Echeverría, da influente revista *Cuadernos Políticos*, publicada pela editora ERA de Neus Espresate.

O ambiente acadêmico na *Facultad de Filosofía y Letras* – FFyL da UNAM era completamente diferente daquele que havia deixado no IFCS da UFRJ. Em primeiro lugar, o âmbito de uma, que compreendia, além de filosofia e história, todas as letras, teatro, estudos latino-americanos, etc., era muito maior do que o do outro e seu reconhecimento no contexto social e político do país relativamente grande, ademais, o prestígio da área de filosofia no âmbito da FFyL era considerável. No período em que aí estive seus diretores sempre foram oriundos da filosofia, tanto Ricardo Guerra, que já cumpria um segundo mandato quando cheguei, quanto Abelardo Villegas, que o sucedeu, eram daí provenientes. O primeiro, com grande traquejo internacional, ex-aluno de Heidegger e membro destacado da Sociedade Internacional Hegel, da Alemanha Federal (ao sair da direção da FFyL foi designado embaixador do México na Alemanha Democrática) e o segundo foi um importante discípulo de Leopoldo Zea (também ex-diretor da FFyL), destacado defensor de uma filosofia latino-americana e criador da área de estudos latino-americanos na UNAM. Do ponto de vista político mais geral não havia qualquer limitação ao estudo do marxismo. Por outro lado, a FFyL, em contraste com o provincianismo tacanho do IFCS daquela época, tinha condições de atrair, como anfitriã, muitos professores estrangeiros. Lembrome bem, por exemplo, das presenças de Jürgen Habermas, Henri Lefebvre, Etienne Balibar (Althusser já estava enfermo), Donald Davidson e, inclusive, nomes vindos do Brasil, como José Arthur Giannotti ou João Paulo Monteiro (embora português, militava profissionalmente no Brasil), os três últimos convidados pelo *Instituto de Investigaciones Filosóficas*. Até os ciclos de cinema foram memoráveis, pois aí tive a oportunidade de ver a filmografia completa de Sergei Eisenstein e de Luchino Visconti e muitos filmes de De Sica, Pasolini, Godard, Buñuel, Felini, etc.

Embora o governo mexicano reprimisse com brutalidade certos movimentos da esquerda mexicana, os estrangeiros que não se envolvessem na política local gozavam de bastante liberdade de atuação. Cheguei ao México no final do sexênio de Luis Echeverría Álvarez, que tinha sido Ministro do Interior, ou Justiça, (*Secretario de Gobernación*) por ocasião da matança de Tlatelolco no dia 2 de outubro de 1968. Em seu mandato, embora fossem presos, torturados e desaparecidos, muitos opositores

e morto, entre outros, o famoso guerrilheiro Lucio Cabañas, que atuava na Sierra Madre del Sur, em Guerrero, ao Sul da Cidade do México, o governo mexicano não só manteve, desde sempre, relações diplomáticas com Cuba, como acolheu uma grande quantidade de exilados chilenos, inclusive a primeira dama Hortensia Bussi, viúva de Salvador Allende. O México, além de romper relações diplomáticas com o Chile de Pinochet, concedeu ao exílio chileno uma casa, a Casa de Chile, para que dispusessem de um local de referência. Aí nos reuníamos os brasileiros depois que conseguimos articular uma frente opositora à ditadura no Brasil, cujo próprio nome já denotava as ingentes dificuldades encontradas para sua efetivação: *Comunidad de Brasileños en México, por la Amnistía Amplia, General e Irrestricta y por las Libertades Democráticas en el Brasil*. O fato, no entanto, é que nos mantivemos coesos mesmo após a promulgação da Lei de Anistia em 1979 e prosseguimos articulados, denunciando os atentados terroristas e as arbitrariedades perpetrados nos estertores da ditadura.

Creio que o segredo da coesão, apesar das notórias diferenças, foi a ideia de atuar por consenso, não procurando derrotar no voto forças políticas importantes no Brasil, mas que estivessem circunstancialmente minoritárias em nossas reuniões. Com o passar do tempo certa camaradagem foi se sobrepondo às naturais desconfianças e nossa ação unitária chegava a despertar a atenção das outras colônias de latino-americanos, notadamente do Cone Sul, inclusive pela excentricidade de um nome tão extenso. Quando cheguei ao México lá já estavam os chilenos, em grande número, e os uruguaios, em quantidade menor. Em 1976 chegaram muitos argentinos. Houve também o recrudescimento da guerra civil centro-americana, sobretudo na Nicarágua e El Salvador e a proximidade do conflito tornava o México um local privilegiado para as ações de solidariedade e para o acolhimento dos refugiados. Todos traziam na bagagem histórias de dor e sofrimento e nem sempre conseguiam se adaptar à nova realidade e ao país que os acolhera. Dentre os brasileiros alguns já estavam lá há muito tempo, desde o golpe de 1964 ou um pouco depois e paulatinamente foram chegando em levas sucessivas, a última e maior das quais consistia de estudantes de pós-graduação que saíam, em muitos casos, com bolsas de estudo ou com seus salários do Brasil garantidos e que lá chegaram depois de mim, não ficando, porém, tanto tempo. O México era também um centro galvanizador da intelectualidade caribenha, sobretudo haitianos, fugidos da brutal repressão do Baby Doc e seus *tontons-macoutes* e porto-riquenhos, muitos dos quais independentistas.

Em minha longa estadia no México fiz muitos amigos e com alguns ainda mantenho contato até hoje. Amigos mexicanos e de outras nacionalidades. O Caribe, por exemplo, sempre exerceu um fascínio maior sobre mim, pelo menos desde que vi, no início da década de sessenta, o musical *West Side Story* de Robert Wise, com Natalie Wood no papel da “Julietta” porto-riquenha. A música e a cultura caribenhas,

a Revolução Cubana e o movimento independentista porto-riquenho exerceram-me uma atração irresistível. Os versos da poetisa nacionalista porto-riquenha Lola Rodríguez de Tió (cujo nome verdadeiro era Dolores Rodríguez de Astudillo Ponce de León), porém, muitas vezes, atribuídos a José Martí, “*Cuba y Puerto Rico son de un pájaro las dos alas*”, sempre me pareceram particularmente verdadeiros. Se Cuba já havia conquistado a independência plena, Porto Rico permanecia como colônia americana e me parecia da maior importância e urgência apoiar sua luta libertária. Meu crescente envolvimento com as coisas relacionadas àquele país culminou em meu casamento, relativamente fugaz, com uma porto-riquenha (a economista Wilma Díaz Carlo, estudante de pós-graduação) e uma viagem a Borinquen e depois outra, mesmo já estando separado dela há um tempo razoável, alguns anos após, a Nova York, em meu retorno definitivo ao Brasil. Ambas viagens permitiram-me compor uma visão mais ampla do universo cultural daquele país e digo Nova York porque lá estava estabelecido, àquela época, talvez o mais importante contingente da diáspora borícuca.

Dentre minhas amigadas mexicanas dos primeiros tempos caberia destacar a Dalia Barrera Bassols, hoje pesquisadora do Instituto Nacional de Antropologia e História – INAH; Teresa Incháustegui Romero, pesquisadora e militante feminista, ex-deputada federal pelo PRD e atualmente diretora do *Instituto de las Mujeres del Distrito Federal*; María Cecilia Sheridan Prieto, antropóloga, atualmente pesquisadora do *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social*; o saudoso Victor Escobar Verduzco, sociólogo; Carlos Flores Rico, sociólogo, ex-deputado federal pelo PRI e Guillermo Farfán Mendoza, sociólogo, atualmente professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM. Os três últimos realizaram uma pesquisa orientada por Ruy Mauro Marini e que pude acompanhar muito de perto, que consistiu numa aproximação empírica ao cálculo do valor da força de trabalho na Cidade do México em finais da década de 1970. Embora circunscrita, principalmente, à alimentação, todas as dificuldades teóricas relacionadas à pesquisa foram de grande valia para mim, sobretudo pelas discussões que ensejou e em muitas das quais tive o privilégio de poder participar.

No âmbito do curso de filosofia, muitos foram os colegas com os quais desenvolvi fortes laços de amizade e que, em alguns casos, propiciaram que permanecêssemos em contato até hoje: Fernando Zambrana Castañeda, editor da revista **Ludus Vitalis**, de filosofia das ciências da vida¹², periódico de uma instituição ligada ao Mi-

12 Instado por ele publiquei, na referida revista, um pequeno texto em uma seção que incluía outros artigos de profissionais atuantes em disciplinas cujas temáticas configuram o objeto da publicação, em comemoração a seu décimo aniversário. Destarte, representando a área filosófica compareci à efeméride com o pequeno escrito intitulado *Una Paradoja Filosófica*:

nistério da Educação do México¹³; Felipe Parra Sámano, documentarista e crítico de arte¹⁴; Ricardo Campa Pacheco, que atualmente labuta intensamente para trazer a lume a tradução póstuma d’**O Capital** que Wenceslao Roces deixou inédita e da qual *Fondo de Cultura Económica* – FCE já publicou o Livro I (Campa já tinha feito parte da equipe que o ajudara na publicação das *Obras Fundamentales* de Marx e Engels na primeira metade da década de 1980¹⁵); Amparo Cejudo Mujica, mais conhecida como Amparo “Payín”, atriz e cantora; Marcela Fuentes-Berain, renomada roteirista de filmes e telenovelas; Carmen Trueba Atienza, atualmente professora da *Universidad Autónoma Metropolitana* – UAM¹⁶ e José Marcos de Teresa, atualmente, também, professor da UAM. Não posso deixar de mencionar, com maior destaque, a Zuraya Monroy Nasr que, embora graduada em psicologia e atualmente professora da Faculdade de Psicologia da UNAM, fez mestrado (UFRJ) e doutorado (UNAM) em filosofia, além disso companheira, desde quando vivi no México, de meu fraterno amigo Guilherme Guimarães Borges e com a qual venho mantendo, além da amizade, uma parceria acadêmica muito fecunda e que já ensejou, inclusive, a assinatura de um convênio de cooperação entre a UFBA e a UNAM¹⁷. A todos tenho

La Labor del Ocio y la Utilidad de lo Inútil... in **Ludus Vitalis**, Vol. XIV, nº 26, México, 2006, pp. 211-214.

- 13 Trata-se do *Centro de Estudios Filosóficos, Políticos y Sociales Vicente Lombardo Toledano*.
- 14 Sob seus auspícios, enquanto integrante do Conselho Consultivo do periódico, publiquei o artigo intitulado *Marx y la Procreación (Reflexiones sobre las Condiciones Necesarias para la Existencia del Ser Social)*, **Revista de la Universidad Autónoma de Sinaloa**, nº 26, Culiacán, 2006, pp. 57-80.
- 15 No prólogo aos *Grundrisse* (Vol. 6 da coleção), com data de 25 de outubro de 1984, Wenceslao Roces registra o seguinte: “*Mi agradecimiento también a mi amigo y colaborador Ricardo Campa, por su apoyo tan valioso y decidido en la empresa que llevamos a cuestras*” (Roces, Wenceslao, Prólogo a la presente edición, in Marx, **Grundrisse [Lineamientos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política 1857-1858]**, México, FCE, 1985, p. xiii. Sabedor de meu grande interesse pelas traduções de Wenceslao Roces, além de me ter facilitado alguns tomos esgotados das *Obras Fundamentales*, Campa se dá ao trabalho de me enviar cada exemplar desta nova tradução d’**O Capital** assim que sai impresso...
- 16 A seu convite publiquei o capítulo intitulado *Marx y la Felicidad*, em livro por ela organizado, cujas referências são as seguintes: Trueba, Carmen (Org.), **La Felicidad: Perspectivas Antiguas, Modernas y Contemporáneas**, México, UAM/Siglo XXI, 2011, pp. 312-327.
- 17 Publiquei dois textos em livros por ela organizados: *El Problema del Sentido*, in Monroy Nasr, Zuraya e Fernández Christlieb, Pablo (Orgs.), **Lenguaje, Significado y Psicología**, México, UNAM, 2007, pp. 47-53 e *Popper y la Epistemología de las Ciencias Sociales*, in Moroy Nasr, Zuraya et alii (Orgs.), **Enseñanza de la Ciencia**, México, UNAM, 2012, pp. 103-127.

uma enorme dívida de gratidão pelo carinho com que sempre me acolheram e com o qual até hoje me distinguem.

O que mais me impressionou nos primeiros tempos na UNAM, repito, é que lá não havia qualquer restrição ao estudo do marxismo, algo estupendo para mim. Fiquei deslumbrado com isso, sobretudo pelo contraste com a realidade da qual provinha. Por outro lado, dada a grande oferta de turmas, sempre havia alguma possibilidade de eleição quanto aos professores que ministravam as diversas disciplinas, de modo que quase sempre era possível escolher aqueles com os quais tinha maior afinidade. Ademais dos estrangeiros, estavam os discípulos dos mestres espanhóis e outros professores com os quais tive a felicidade de me deparar e que representavam perspectivas filosóficas diferentes, embora muitos deles influenciados pelo marxismo. Jaime Labastida, Carlos Pereyra, Cesáreo Morales, Graciela Hierro, Carmen Rovira, Alberto Híjar, dentre outros, tiveram importância na minha formação. Caberia destacar, no entanto, a José Ignacio Palencia, que me distinguiu com um convite para ser “ayudante” (uma espécie de monitor oficial) em seu Curso Monográfico sobre a Filosofia de Hegel. Palencia, de formação jesuítica, havia sido meu professor de História da Filosofia Medieval e generosamente me convidou para a função, normalmente remunerada, mas quando graciosa, como foi o caso, servia para quitar o serviço social, requisito obrigatório para a obtenção de qualquer diploma da UNAM. Esta era, sem dúvida, a maneira mais auspiciosa de cumprir com este requerimento legal e as vagas eram poucas e, por isso, muito disputadas. Sua leitura e interpretação do texto hegeliano eram muito rigorosas e trabalhamos, sobretudo, a **Fenomenologia do Espírito**. A mim me cabia tentar estabelecer comparações com a obra de Marx, nem sempre de maneira exitosa, devo confessar, quando por Palencia solicitado.

Com Bolívar Echeverría cursei a disciplina optativa intitulada *Economía y Filosofía* por quatro semestres letivos diferentes. Como seu conteúdo mudava a cada semestre fui autorizado a creditar em todas as ocasiões. Seus cursos supunham a leitura prévia d’**O Capital** de Marx e versavam sempre sobre temas e subtemas tratados na obra, bem como certas interfaces com autores tão díspares como Jean Baudrillard, Louis Hjelmslev, Émile Benveniste, Valentin Voloshinov (Mikhail Bakhtin), Marcel Mauss, Marvin Harris, Georg Simmel, Max Weber, Pierre Macherey, Georges Bataille, Gyorg Plekhanov, Rosa Luxembourg, Roman Rosdolsky, etc. Com ele aprendi que era possível, mantendo o rigor de uma leitura atenta de Marx, procurar estabelecer diálogos com outros autores e tentar, além do mais, aproximações a temáticas apenas tratadas secundariamente na grande obra. Seus cursos serviram-me, e ainda me servem, como um poderoso estimulante a uma reflexão própria e, de algum modo, estão presentes em meu trabalho subsequente, inclusive na minha tese de doutoramento, defendida quase vinte anos depois destes cursos.

Com Mario H. Otero, meu querido e saudoso mestre, aprendi artesanalmente o ofício da pesquisa filosófica. Preceptor arguto, sem tolher minha liberdade criativa, obrigava-me, contudo, a obedecer à bitola acadêmica e a seus cânones de rigor. Creio que se divertia com meus arroubos juvenis e com grande generosidade e alguma paciência tratava de forcejar para que eu me mantivesse dentro de certos limites academicamente aceitáveis. Devo muito a ele, mais do que a qualquer outro, dentre todos os que contribuíram para a minha formação. Meu contato com Otero iniciou-se quando fui seu aluno no curso de Filosofia da Ciência e se aprofundou quando me convidou para ser bolsista, sob sua orientação, no *Instituto de Investigaciones Filosóficas* da UNAM. À época não tinha muito claro o que isto significava. Considerado um reduto da filosofia analítica, sabia muito pouco acerca do Instituto, mas como estava cronicamente sem dinheiro, o convite teve o condão imediato de livrar-me definitivamente do pesadelo de ter que abandonar o curso de filosofia por falta de recursos com que me manter, uma vez que minha mãe cada vez dispunha de menor folga financeira para me ajudar, até que me deixou completamente à mingua. A bolsa, que já era boa na graduação, quando ingressei no mestrado, ficou ainda melhor. Ademais, as condições de trabalho eram excelentes. Passei a dispor de uma confortável sala compartilhada com outro bolsista, com uma bela vista para o Ajusco (um pico vulcânico que fica ainda mais bonito no inverno, quando coberto de neve) e a ter acesso privilegiado à maravilhosa biblioteca do Instituto, cujo acervo filosófico era invejável pela excelência das edições de que dispunha. Estive dois anos como bolsista do Instituto, de outubro de 1979, a outubro de 1981.

O Otero foi um renomado especialista em filosofia e história da ciência, que se doutorou pela Universidade de Paris, com estágios de pesquisa em Havard em 1962 e 1966 e que, por ocasião do golpe militar no Uruguai, era diretor da *Facultad de Humanidades y Ciencias* da *Universidad de la República*, à qual retornaria como diretor em 1985 no seu regresso do exílio. Foi, também, o principal responsável pela criação da revista *Galileo*, de grande notoriedade em seu país e alhures, dedicada a temas científicos e filosóficos ou meta-científicos conforme a própria publicação se definia. Em seu exílio no México foi, entre outras atividades, professor da FFyL e pesquisador do *Instituto de Investigaciones Filosóficas*. Sua contribuição teórica versou sobre grande quantidade de temas, com intervenções relevantes sobre a obra de Thomas Khun e sobre a história da ciência. Em virtude de sua orientação para a filosofia da ciência meu projeto de pesquisa tinha que se circunscrever àquela área, da qual jamais me afastaria completamente. Embora não se dedicasse academicamente ao estudo da obra de Marx, até por sua inclinação política, Otero conhecia bem o marxismo, sobretudo Lênin e, também, Althusser, autores sobre os quais publicou. Quando lhe propus um projeto que discutisse a cientificidade da história não hesitou em me

estimular, apesar de que se tratava de uma abordagem extravagante ao usualmente aceito no Instituto, inclusive pelo fato de que seu diretor à época, Enrique Villanueva, não nutria a mais remota simpatia pelo marxismo.

No período em que estive no Instituto apresentei três trabalhos no seminário dos bolsistas: *Popper y el Problema de la Explicación Histórica* (julho de 1980), *Isaiah Berlin y el Problema del Individuo en la Historia* (janeiro de 1981) e *Relevancia del Estudio de la Tecnología para la Historia en Marx* (maio de 1981). O primeiro deles serviu de base para desenvolvimentos posteriores, primeiro em português e depois em versão em castelhano¹⁸, onde tratei de mostrar que os critérios de cientificidade com que Popper assacava às ciências sociais configuravam cláusulas normativas impossíveis de serem cabalmente cumpridas, inclusive, pela paradigmática física, tida por ele, também, como exemplar. O comentário a Berlin serviu apenas para o cumprimento da obrigação burocrática de apresentação de trabalho no Seminário do Instituto. O fato é que pouco tempo após a defesa de minha “tese” de graduação, em 31 de outubro de 1980, retornei, por quase dois meses, ao Brasil. Depois de mais de cinco anos ausente, não tinha a menor condição de elaborar o trabalho, conforme o requerido, durante a viagem. Apressadamente preparei o *paper* no curto prazo de uma ou, no máximo, duas semanas, pois o texto deveria ser previamente distribuído aos participantes, após meu retorno ao México e apresentei-o ainda em janeiro de 1981 (não me recordo a data), provavelmente no final do mês. Na mecânica de trabalho dos seminários do Instituto, após as exposições apresentava-se uma réplica e depois a sessão se abria ao debate com os presentes, pesquisadores e bolsistas. Diante das circunstâncias, a fortuna do meu trabalho não parecia muito auspiciosa e após a fala do replicante, bolsista como eu, Mario H. (como a si mesmo se denominava) interveio fazendo-me elogios pouco atinentes às circunstâncias do momento, mas que se destinavam, creio eu, a tender-me uma blindagem cautelar frente a eventuais críticos. Ramón Xirau, que fora meu professor de Filosofia Contemporânea e creio que também me era simpático, propôs, surpreendentemente, coadjuvando Otero, que se encerrasse o debate, alegando o adiantado da hora ou outra escusa pouco consistente, que não me recordo agora. O fato é que se concluiu a sessão do seminário sem o costumeiro debate. Graças à intervenção providencial dos dois escapei incólume!

18 Trata-se do texto intitulado “Popper e a Epistemologia das Ciências Sociais”, in Silva Filho, Waldomiro (Org.), **Epistemologia e Ensino de Ciências**, Arcádia, Salvador, 2002, pp. 113-144, cuja tradução ao castelhano feita por mim e revisada por Borsani, Leslie e Monroy Nasr, Zuraya foi publicada, como já foi mencionado na nota 17, como Popper y la epistemología de las ciencias sociales, in Monroy Nasr, Zuraya *et alii* (Orgs.) **Enseñanza de la Ciencia**, UNAM, México, 2012, pp. 103-128.

No texto sobre a tecnologia em Marx desenvolvi a ideia, que me acompanharia em vários trabalhos ulteriores, de que a historicidade propriamente dita, ou seja, a cumulatividade que se configura em “progresso”¹⁹, está menos no conhecimento, sujeito a revoluções e reviravoltas, do que na técnica. Aliás, a ciência moderna, ou ciência propriamente dita, uma vez que a episteme antiga, a rigor, não deveria ser chamada de “ciência”, pelo menos não no mesmo sentido da moderna, está profunda e inexoravelmente vinculada à técnica. Marx intuiu isto, por exemplo, ao examinar a etimologia da palavra tecnologia²⁰. O paradoxo desta relação simbiótica entre a ciência e a técnica é que o capital, ao patrocinar a ciência, submetendo-a ao desiderato da valorização do valor, apresenta-se como o arauto do “progresso”, escamoteando seu papel de destruidor de forças produtivas, via crise, e dissimula o fato de que as inovações são fomentadas em atenção às necessidades da acumulação e em detrimento, muitas vezes, dos requerimentos sociais. Este é um dos aspectos mais relevantes do fetichismo do capital²¹. Isto talvez explique o porquê dos principais inventos ocorridos ao longo do Século XX terem sido concebidos a partir de destinações precipuamente militares. O *paper*, apresentado em maio de 1981, esteve diretamente relacionado ao contexto teórico do projeto de dissertação de mestrado, cujo título seria “*Análisis del Desarrollo Científico-Tecnológico Mediante el Concepto de Plusvalor Relativo*”, com Mario H. Otero como orientador e que nunca seria elaborada. No entanto, esta temática jamais me abandonaria. Recentemente, inclusive, publiquei um artigo relacionado, em termos gerais, ao assunto²², onde defendo a ideia de que, *grosso modo*, a recusa em examinar o “contexto de descobrimento”, tido como ilógico, afrontando os próceres da ciência no início da Modernidade, que preconizavam uma ciência comprometida com seus resultados e aplicações, como Francis Bacon (ou mesmo Descartes), objetiva também inocentar os cientistas com relação aos

19 Enquanto desenvolvimento das “forças produtivas do trabalho” [*productive power of labor*], para ficar com a expressão de Adam Smith depois incorporada à tradição marxista.

20 Por esta época entrei em contato, pela primeira vez, com os **Manuscritos de 1861-1863** de Marx, que muito me influenciariam.

21 Os “frankfurtianos” e quejandos, weberianos inclusive, parecem não atentar suficientemente para este fato quando criticam a “civilização” e a “razão instrumental”, desviando o foco da crítica para um âmbito mais genérico, quando deveria incidir precipuamente no processo de valorização do valor.

22 Intitulado *Reflexiones sobre el Contexto de Descubrimiento*, **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, Universidad Central de Venezuela, 2012, pp. 109-118, integrou uma edição da referida revista, cuja temática central eram os desafios epistemológicos contemporâneos das ciências sociais.

empregos, muitas vezes funestos, como na física nuclear, dos resultados da ciência. Este hiato entre “descobrimto” (ou produção da ciência) e “justificação” (ou validação do discurso científico), com o banimento do primeiro do âmbito epistemológico, como preconizou Reichenbach, secundado pelos círculos de Berlim, Viena, Popper e quejandos, fornece um alibi cautelar aos cientistas e os exime da pergunta pelo mecenas, em geral vinculado à produção de armamento.

Minha “tese” de graduação, que seria incorreto designar como monografia de final de curso, porque, até por sua extensão, 214 laudas, ultrapassou o tamanho usual de uma dissertação de mestrado, como as conhecemos entre nós, intitulou-se “*En Torno al Problema del Sujeto de la Historia*”. Foi defendida perante uma banca integrada por meu orientador, Mario H. Otero, por Carlos Pereyra e por Corina de Iturbe e dela (da banca) obtive menção honrosa (*mención honorífica*), galardão máximo para a ocasião. O episódio em si já mereceria algum destaque, uma vez que poucos eram os colegas que chegavam à defesa, o mais comum era que se contentassem com a “*carta de pasante*”, que se podia obter com a conclusão dos créditos em disciplinas e era suficiente para o exercício do magistério de nível médio. Ao longo do ano de 1980, que saiba, além de mim, só defenderam suas “teses” e obtiveram o grau de Licenciado em Filosofia, Enrique Serrano Gómez, atualmente professor da UAM, e Rafael Guillén Vicente, mais conhecido àquela época como “*Cachún Bambé*” (em virtude de haver panfletado versos de Nicolás Guillén que reproduziam sons de origem africano) e que posteriormente veio a se notabilizar como o “Subcomandante Marcos” do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN.

A ideia de uma história científica, que não fora um mero relato de eventos relativamente fortuitos, mas um processo concatenado e que pudesse ser explicado me fascinara desde os tempos em que fora um aluno devotado do Manuel Maurício. Porém, como conciliar a concepção de uma história como um processo impessoal e relativamente inexorável com a militante transformação dos destinos humanos, obra de um projeto revolucionário consciente? Tinha um belo problema a tratar, já que esta perspectiva se me afigurava clara na proposta da **Ideologia Alemã** de que “[...] as circunstâncias fazem o homem na mesma medida em que ele faz as circunstâncias”²³, embora a assertiva não deixasse claro o modo como isto ocorreria. Ademais, a oposição entre sujeito revolucionário e derrocada do capitalismo, enfim, entre voluntarismo e economicismo permeavam a tradição marxista. Com desassombro juvenil, esta era a temática que pretendi abordar nesta “tese” de graduação. *Grosso*

23 Marx e Engels, **La Ideología Alemana**, trad. Roces, Wenceslao, México, Cultura Popular, 1974, p. 41.

modo, a ideia geral da qual partia era a de que o sujeito social que se configurava em seu metabolismo com a natureza não se reconhecia como tal, nem podia fazê-lo, em virtude de sua excisão em porções antagônicas: as classes sociais e o necessário enfrentamento entre elas, ou seja, a luta de classes. Nas formas mercantis da socialidade humana a emancipação dos produtos do trabalho humano em relação a seus produtores impediria o controle consciente do processo de reprodução social, obnubilados por um automatismo cego: daí a definição de Marx de que a **forma capital** dos produtos do trabalho humano seria o sujeito automático da sociedade burguesa. A tarefa revolucionária seria a de edificar um sujeito social através do controle consciente do processo de reprodução social e, portanto, da relação homem/natureza. Tal desiderato só poderia ser cumprido no comunismo, mediante a supressão da excisão antagônica do sujeito social, ou seja, pela extinção das classes sociais. O agente deste processo, se não se quisesse cair numa “robinsonada”, seria aquele capaz de formular a teoria científica do comunismo e conduzir o processo de superação da socialidade burguesa, ou seja, o partido revolucionário do proletariado. A história poderia, assim, ser concebida como uma ciência, cujo “cientista” seria aquela instituição capaz de conduzir os acontecimentos até a edificação de uma forma da socialidade humana consciente de seu próprio processo de reprodução social, capaz, portanto, da formulação de um projeto humano na história, cumprindo seu desiderato comunista.

Baldeação Extra-Acadêmica

A vinda ao Brasil, depois de mais de cinco anos de ausência, provocou-me um impacto muito profundo. Até hoje me emociono com a lembrança de minha chegada ao Galeão: a paisagem, os odores, mas, sobretudo, o fato de que o português, em uma inflexão muito familiar, era a língua falada por todas as pessoas... No México era apenas a língua de uma parcela de meus amigos, a maioria dos quais só via esporadicamente. Tomei, então, a decisão de regressar ao Brasil assim que me fosse possível. A esta época cursava o mestrado em filosofia na UNAM e tinha uma bolsa, bastante atraente, do IIF. Do ponto de vista acadêmico e profissional um retorno definitivo ao Brasil não era nada auspicioso. Depois dos longos anos passados no México minha rede de amizades e de relacionamentos estava muito melhor estabelecida naquele país do que aqui. Ademais, havia granjeado algum reconhecimento entre meus colegas e professores, o que tornava menos árdua a busca por um posto de professor. Embora meu visto de estudante não me permitisse trabalhar, já mantinha uma inserção social local suficientemente sólida e importante ao ponto de poder pleitear, sem dificuldades intransponíveis, a mudança da minha situação migratória, caso viesse a ser necessário.

Com efeito, quando o Diretor do IIF, Enrique Villanueva, que não nutria por mim a menor simpatia, aproveitando-se da ausência de Mario H. Otero, que se encontrava em ano sabático na França, comunicou-me, em outubro de 1981, que não renovaria minha bolsa, recebi prontamente importantes manifestações de solidariedade. Assim que se soube do feito e de meu propósito de regressar imediatamente ao Brasil fui procurado por amigos que talvez pudessem dar ensejo, inclusive, à reversão do

corde da bolsa, outros que pareciam em condições de atalhar os intrincados meandros burocráticos da alteração de minha situação migratória e, outros ainda, que me propiciariam emprego, sobretudo em universidades de província, etc. Até hoje alguns amigos mexicanos mais próximos sustentam que não acreditavam que eu, efetivamente, fosse embora do México... Fiquei profundamente sensibilizado com as sinceras e afetuosas manifestações de amizade e pelo empenho de alguns em evitar que minha partida se consumasse. No entanto, desde minha ida ao Brasil em 1980, que a decisão íntima do regresso fora tomada e apenas não se concretizara o retorno pelas excelentes condições acadêmicas que me eram proporcionadas naquele país. Pesava muito, também, a percepção de que o melhor lugar para lutar pelo término da ditadura militar era no Brasil. Destarte, o fim da bolsa tornou-se, na verdade, uma fatalidade auspiciosa contra a qual não tinha a menor intenção de me opor...

40

No início de novembro de 1981 despachei meus livros por correio e rumei, por terra, para Nova York, onde permaneci por quase um mês, acolhido por amigos porto-riquenhos, e daí parti, a meados de dezembro, definitivamente para o Brasil. A baldeação por Nova York (via Nova Orleans) atendia a um anseio muito antigo e, ademais, completava meu périplo borinquenho, após ter viajado em 1979, por um mês, a Porto Rico, percorrendo, de carro, toda a ilha, no ensejo em que fui conhecer a família de Wilma Días, minha ex-companheira. Cheguei ao Brasil com alguns dólares resultantes da venda de um carro usado, meu diploma de licenciado em filosofia debaixo do braço, um mestrado em filosofia inconcluso e me defrontei com um cenário nada auspicioso para a busca de trabalho. Meu destino natural era o Rio de Janeiro e imediatamente procurei o IFCS da UFRJ, qual filho pródigo, para tentar concluir aí meu mestrado. Solicitei meu ingresso com um projeto sobre a inexorabilidade ou não do processo histórico, muito aparentado com o de minha “tese” de graduação, abrandado, por natural cautela, de suas definições politicamente mais ostensivas e o José Silveira da Costa, então Diretor do IFCS, com enorme generosidade, aceitou orientá-lo para que eu pudesse cumprir os requisitos formais da seleção, embora o mesmo não tratasse de autores próximos ao seu horizonte teórico e temático de trabalho.

Quando saiu o resultado favorável e minha consequente matrícula para o início do ano letivo de 1982 tive que agradecer ao Silveira, mas não mais podia cursar o mestrado em filosofia no Rio de Janeiro. No final de dezembro fora passar o natal com minha mãe em Salvador, na Bahia, onde ela se encontrava, cuidando de minha avó materna, Exupéria Castello Branco, à época já bastante idosa e necessitando de cuidados especiais. Em meio aos festejos de final de ano conhecera Geísa Guimarães que, em pouco tempo, viria a ser minha companheira e com a qual tive meus três filhos: Miguel (1983), Pedro (1985) e Clara (1991). Como a Geísa tinha um bom

emprego no Tribunal de Contas do Estado da Bahia, se quisesse ficar com ela, não teria mais remédio do que me radicar em Salvador. Diante de minha aflição, numa conjuntura difícil de conseguir trabalho, sobretudo para alguém com uma formação tão limitada para a empregabilidade como a minha, meu querido e fraterno amigo, que conhecera no México enquanto cursava seu doutorado em economia na UNAM, José Murilo Philigret Baptista, funcionário público estadual, porém também professor da Faculdade de Economia (atualmente, Pró-Reitor de Administração da UFBA), conseguiu convencer o então Diretor Geral do Centro de Planejamento e Estudos – CPE, Silvestre Ramos Teixeira, a me contratar para integrar a equipe responsável pela elaboração do Plano Estadual de Ciência e Tecnologia, sob o argumento de que seria conveniente ter alguém versado em filosofia da ciência no grupo, que contava com participantes de outras instituições estaduais, como o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento – CEPED, mas cuja responsabilidade fora atribuída, pelo governo estadual, ao CPE. Meu contrato foi assinado em 12 de fevereiro 1982.

41

A equipe, composta por figuras notórias no âmbito do funcionalismo público estadual como o próprio Murilo, Othon Jambeiro, Cleílza Adrade, etc., ostentava o pomposo título de Grupo de Articulação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, porém, e a despeito da competência profissional de seus integrantes, foi esvaziada e pouco pode avançar além de algumas reuniões iniciais. Os demais componentes, além do reconhecimento com que contavam no seio da comunidade de técnicos do serviço público do Estado da Bahia, tinham outras atribuições a desempenhar, contudo, esta não era minha situação, porquanto fora contratado especificamente para participar desta projeto e, além de desconhecido, minhas credenciais profissionais como licenciado em filosofia não me ajudavam muito em um eventual remanejamento. Aproveitei, então, meu relativo ócio forçado para me aproximar de uma publicação periódica, do próprio CPE, denominada **Informe Conjuntural** e que, como o nome indicava, dedicava-se precipuamente ao acompanhamento da conjuntura socioeconômica, sobretudo estadual. Minha primeira colaboração à revista se deu no contexto da chamada Guerra das Malvinas, deflagrada entre a Argentina e o Reino Unido pela posse do arquipélago de igual denominação situado relativamente próximo à costa atlântica da Patagônia. No artigo tratei de expor o que me parecia uma das principais razões para o apoio (mais do que tácito, porque forneceu informações acerca da localização de tropas) norte-americano ao Reino Unido, uma potência não americana, em confronto com um aliado regional, apesar da “doutrina Monroe”. No artigo intitulado “Porto Rico: Colônia ‘Livrentemente’ Associada”²⁴ tratei de mostrar

24 *Vide*, **Informe Conjuntural** nº 12, Salvador, CPE, julho de 1982, pp. 48-51.

que os Estados Unidos também eram uma potência colonial e, como se tratava de uma publicação precipuamente econômica, fui compelido a apresentar alguns dados para demonstrar o quão vantajoso era este protetorado, butim da guerra hispano-americana e mantida como uma colônia desde então, apesar do enganoso *status* de Estado Livre Associado. Já àquela época as perspectivas econômicas de Porto Rico não pareciam muito alvissareiras²⁵, porém sua ocupação era muito rentável para certos interesses de grupos ligados à metrópole.

Minha seguinte contribuição à revista seria sobre um assunto mais próximo à temática da C&T (ciência e tecnologia), ou seja, nas imediações do horizonte teórico do grupo ao qual fora assignado. Escrito em coautoria com a economista Doris Serrano da Costa, com a qual colaboraria posteriormente na própria edição da revista, o artigo intitulado “A Química-Fina e o Desenvolvimento Tecnológico Nacional” tratava de examinar a importância do desenvolvimento do setor, assinalando sua posição estratégica, bem como sua relevância para a economia regional²⁶. A indústria petroquímica, implantada na Bahia na década de setenta, a jusante da Petrobras, da exploração de petróleo no Recôncavo Baiano e da Refinaria Landulpho Alves, transformara significativamente a estrutura produtiva da Bahia e passara a ser a principal fonte arrecadadora do Estado. Destarte, se queria entender algo sobre a economia baiana não poderia deixar de ficar atento aos acontecimentos do setor. À esteira do artigo anterior escrevi outro intitulado “US\$ 1,7 Bilhão para o Pólo Petroquímico Gaúcho”²⁷ onde manifestava a preocupação de que, num quadro de relativa estagnação econômica, os investimentos fossem carreados alhures, sobretudo porque o Nordeste sempre fora tradicionalmente preterido e nada indicava uma vontade política de reversão daquela tendência. Deste momento em diante, embora ainda focado na área de C&T, comecei a estudar história e economia baianas. Ainda participei do I Curso de Especialização em Política Científica e Tecnológica, realizado em Brasília, sob os auspícios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq entre novembro de 1982 e fevereiro de 1983, porém, doravante, o centro principal de minhas atenções seria o estudo do desenvolvimento socioeconômico regional.

25 Com efeito, a gravíssima crise fiscal por que atravessa Porto Rico no momento, cuja situação alguns analistas consideram mais dramática do que a grega, parece demonstrar que muitos aspectos centrais daquela análise, passados mais de trinta anos, não estavam incorretos.

26 *Vide, Informe Conjuntural nº 16*, Salvador, CPE, novembro de 1982, pp. 23-26.

27 *Vide, Informe Conjuntural nº 19*, Salvador, CPE, fevereiro de 1983, pp. 92-95.

Minha próxima contribuição à revista foi aquela que mais interesse despertou entre os colegas e a que me tornou mais conhecido naquele ambiente de trabalho. No artigo intitulado “O Fetiche dos Números”²⁸, o primeiro servindo ao órgão que sucedeu ao CPE e que herdou parcela significativa de suas atribuições, bem como seus técnicos e o próprio **Informe Conjuntural**, o Centro de Estatísticas e Informações – CEI, com atribuições que o convertiam em uma espécie de sucedâneo estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tratei de contextualizar a produção estatística, mostrando que a mesma servia para explicar a realidade e que a esta finalidade deveria estar subordinada. Ademais, com uma inflação muito acentuada, o poder explicativo de certas estatísticas se tornava menos eficaz e a produção de informações analiticamente relevantes mais difícil. A repercussão favorável ao artigo fez com que fosse selecionado para ser republicado em uma coletânea comemorativa onde se republicava a contribuição mais relevante à revista até então²⁹.

Meu envolvimento crescente com a publicação periódica e o esvaziamento completo da iniciativa de elaboração do Plano Estadual de Ciência e Tecnologia levou-me a trabalhar diretamente na edição da revista que, a partir de julho de 1983 ficou a cargo de Dóris Serrano da Costa, que me levou para sua equipe com a função de “assistente” da publicação³⁰. Aos poucos me fui enfronhando na redação de textos de análise da conjuntura, estudando história econômica da Bahia e lendo o que aparecia acerca dos debates sobre as diversas concepções acerca do desenvolvimento econômico regional e da Bahia em particular. A própria CPE (antes Fundação de Pesquisas³¹) produzira, ou publicara, muito material para estudo. Despertou-me inicialmente a atenção o debate havido acerca das causas da estagnação da economia baiana, o chamado “enigma baiano” e que envolveu alguns dos principais intelectuais da Bahia. O texto seminal do debate foi **Vida Econômico-Financeira da Bahia** do, então Governador, Góes Calmon, publicado originalmente em 1923, em comemoração ao centenário do 2 de julho. Sua republicação foi efetuada em 1979, no âmbito do grandioso estudo intitulado **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional**, inicialmente coordenado por José Luís Pamponet Sampaio, historiador de grande descortino, e

28 *Vide, Informe Conjuntural n° 21*, Salvador, CEI, abril/maio de 1983, pp. 276-280.

29 *Vide, Informe Conjuntural n° 24*, Salvador, CEI, agosto de 1983, pp. 39-40.

30 Na verdade, a função de “assistente” não estava prevista no organograma funcional da instituição e representava apenas um certo reconhecimento, que constava no expediente da revista, acerca da minha contribuição à mesma.

31 A própria história da (e depois do) CPE, mereceria todo um estudo a parte. Foi criada, originalmente como Comissão de Planejamento Econômico em 1955 por Rômulo Almeida e, embora tenha mudado de nome e de atribuições, a sigla, quase legendária, permaneceu até 1983.

que se subdividiu em várias etapas e volumes publicados. Aprendi muito através desta obra e, posteriormente, já na UFBA, tive o prazer do convívio pessoal com o Pampopnet, então professor do Departamento de História. Os trabalhos de Kátia Mattoso também me serviram bastante, notadamente seu **Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX**. Contudo, o exame deste material sempre esteve iluminado pelo problema do “enigma baiano”, ou seja a discussão acerca das causas da crônica estagnação da economia baiana. A revista **Planejamento**, também da CPE e da qual o **Informe Conjuntural** foi uma espécie de sucessor, publicou, ou melhor, republicou, em sua edição de outubro/dezembro de 1977, uma coletânea de artigos sobre a temática elaborados nos anos cinquenta e sessenta e assinados por Thales de Azevedo, Rômulo de Almeida, Clemente Mariani e Manoel Pinto de Aguiar.

44

Já havia trilhado antes Euclides da Cunha, Clóvis Moura, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Celso Furtado, entre outros, e a esta época passei a ler, além de Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares e Antônio Barros de Castro, sobretudo Ignácio Rangel, Jesus Soares Pereira, ou seja, os integrantes da equipe de Rômulo Almeida que, no Segundo Governo Vargas, mudaria a face do país com a criação, entre outras coisas, da Petrobras. Aliás, sofreria uma influência particularmente importante deste último, cujos livros também li. Interessei-me muito, ademais, pelo estudo da evolução institucional do sistema de planejamento, que teve certamente em Rômulo Almeida um de seus próceres. A dissertação de mestrado em economia de minha grande amiga Celeste Philigret Baptista³² (que também conheci no México enquanto cursava seu doutorado em economia na UNAM, sob a orientação de Herbert de Souza, o Betinho), e, sobretudo, o livro de Ary Guimarães, então meu sogro e amigo, **Um Sistema para o Desenvolvimento**, forneceram-me muitas indicações oportunas. Dois livros mais, entre vários outros, foram-me muito úteis: sobre a Sudene e o planejamento regional, **Elegia para uma Re(li)gião** de Francisco de Oliveira e sobre o país como um todo, **Estado e Planejamento Econômico no Brasil** de Otávio Ianni.

A extinção do CPE e a criação do CEI levaram a que, em poucos meses, ocorresse uma grande transformação no **Informe Conjuntural**. Se, nos estertores do CPE, Dóris Serrano já assumira a publicação e me convidara para integrar sua equipe técnica, com a transformação institucional o projeto gráfico e editorial da revista foi, em pouco tempo, completamente reformulado. Concorreu para isso a integração na equipe de Matilde Shnitman, jornalista, sempre muito ativa, e, no bojo dessa

32 “A Intervenção Planejada do Estado: Uma Interpretação do Caso Baiano”, in **Planejamento**, Salvador, CPE, jan/mar de 1979, pp. 51-70.

mudança, minha posição diferenciada no seio do corpo de redatores mereceu, como já mencionado, a denominação de “assistente” no expediente. Continuei, no entanto, além do desempenho de minhas funções ordinárias como redator institucional, a publicar esporadicamente alguns artigos assinados sobre temas opinativos e cujo teor não podia ser avaliado pelo órgão. Em meio a uma enxurrada legislativa acerca da política salarial ocorrida ao longo de 1983³³ decidimos, Grazia Burman e eu, publicarmos um artigo examinando as vicissitudes da política salarial, suas hesitações e, sobretudo, o arrocho salarial em que implicavam certas medidas em uma conjuntura de inflação muito acelerada e que se intitulou “Os Descaminhos da Política Salarial”³⁴. Com a conversão da revista em um dos principais veículos de divulgação das informações produzidas pelo órgão, suas atribuições passaram a integrar diferentes áreas sobre as quais era mister assegurar a continuidade do abastecimento dos materiais necessários à manutenção de uma periodicidade sempre muito difícil de alcançar. O papel articulador da publicação impôs uma certa dinâmica a diferentes áreas, sobretudo àquela responsável pelo acompanhamento da conjuntura e, em meio a algumas reformulações no organograma institucional, fui convidado a exercer a função de Coordenador de Acompanhamento do Núcleo de Acompanhamento Conjuntural, na qual permaneci de março a outubro de 1984.

O interesse pela vida acadêmica nunca me havia abandonado completamente. Ao chegar à Bahia, em 1982, inscrevi-me num concurso para Professor do Departamento de Filosofia da UFBA, ao qual, no entanto, não pude concorrer porque minha inscrição não foi aceita em virtude de que meu diploma, expedido pela UNAM, não fora ainda reconhecido, embora estivesse perfeitamente legalizado pela autoridade consular. Não sabia, àquela época, que poderia ter recorrido da decisão e participado do certame com o compromisso da entrega do diploma completamente legalizado no momento da contratação. Aliás, como verifiquei pouco tempo depois, quando do meu ingresso no Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, o rito da revalidação e registro do meu diploma era bastante rápido e simples, em virtude de um acordo internacional que havia sido assinado, poucos anos antes, entre o Brasil e o México. O fato é que fui aprovado na seleção e ingressei no Mestrado em Ciências Sociais, na área de História Social, iniciando o curso em 1984. As ocupações profissionais, no entanto, tornavam muito difícil minha permanência como discente. Ainda assim, pude ser aluno de Carlos Costa, Johildo Athayde, Inaiá Carvalho, Ubiratan Castro

33 Contabilizamos sete instrumentos legais, entre decretos e decretos-lei, que afetavam diretamente os cálculos dos reajustes salariais.

34 *Vide, Informe Conjuntural nº 26*, Salvador, CEI, outubro de 1983, pp. 586-592.

de Araújo, Nadya Castro (atualmente Guimarães), Ubirajara Dórea Rebouças e Consuelo Novais Sampaio. Já conhecia Ubiratan do serviço público estadual, sempre brilhante e bem articulado e Nadya por ter vivido no México e ter sido orientada do Marini. Ubirajara Rebouças foi, indiscutivelmente, a maior liderança da área filosófica na Bahia, sem que se impusesse deliberadamente como tal, mas içado ao posto pelo natural reconhecimento dos demais colegas. Como àquela época a única pós-graduação que havia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas era o Mestrado em Ciências Sociais, todos nele militavam. Destaque especial merece também Consuelo Sampaio. Embora adepta de um modelo historiográfico de forte influência norte-americana e, portanto, aparentemente distante do meu horizonte teórico, Consuelo, no entanto, foi para mim um exemplo de rigor intelectual e de coragem pessoal, completamente aberta a interpretações de escopo teórico diferentes do seu. Exemplo disso foi o exercício acadêmico que fiz para sua disciplina e que contou com seu elogioso beneplácito e que seria retomado, muitos anos depois, e publicado sob o título de “Usos e Abusos no Emprego do Conceito de ‘Modo de Produção’”³⁵. Nele tratei de mostrar que o termo “produção” encerra uma ambiguidade e pode tender ao reducionismo e que mais adequado seria designar o conceito como “modo de reprodução”, que efetivamente expressa melhor o que pretendeu Marx. Ademais, seu emprego, para o exame da história brasileira e latino-americana em geral, foi relativamente casuístico, originando uma certa “escolástica” marxista sem tanto compromisso com a fundamentação empírica. Cheguei a examinar seis possibilidades efetivamente desenvolvidas por autores importantes, que vão do feudalismo no Brasil, passando pelo escravismo colonial, ao capitalismo desde as origens. Contudo, apesar desta dispersão conceitual, o resgate do conceito de “modo de produção” parece-me, ainda, indispensável a uma adequada periodização do processo histórico.

Infelizmente meus compromissos profissionais, associados a certa falta de perspectivas imediatas no mundo acadêmico, uma vez que não havia, à época, pós-graduação em filosofia e não se abria concurso para o ingresso na universidade, o que só ocorreria outra vez em 1990, levaram-me ao abandono do curso em 1986. Com efeito, a partir de 1984 minhas atividades profissionais só se intensificaram. A responsabilidade com o trabalho de acompanhamento da conjuntura era muito absorvente, mas, mesmo assim, ainda consegui produzir dois artigos sobre temas que me pareciam relevantes. No primeiro deles, intitulado, numa paráfrase proustiana, “Em

35 Moura, MCB, “Usos e Abusos no Emprego do Conceito de ‘Modo de Produção’”, in Silva, Genildo (org.), **História e Civilização**, Salvador, Edufba, 2011, pp. 151-168.

Busca do Tempo Perdido”³⁶, tratei de mostrar que os débeis signos de recuperação econômica daquela época eram insuficientes para um crescimento sustentado e que os diferentes analistas usavam as mesmas fontes de informação, extraindo conclusões opostas, em função da linha editorial que adotassem. Cheguei a transcrever, em um box, fac-símiles da Folha de São Paulo e da Gazeta Mercantil, em suas edições de 24/05/1984, ambos utilizando como fontes a mesma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, porém a Folha afirma queda nas vendas e a Gazeta crescimento, mostrando o peso dos interesses preconcebidos na utilização dos dados, mesmo na imprensa tida como mais idônea e especializada. No segundo artigo, intitulado “A Universidade e os Recursos da União”³⁷, procurei mostrar a discriminação sofrida pela Bahia na alocação de recursos federais para o ensino superior. Comparei inicialmente a Bahia com estados de peso econômico e populacional relativamente próximo, como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Constatei, então, que, embora a dotação orçamentária da UFBA, com relação à UFMG e à UFRGS, não fosse tão menor, como aqueles dois estados possuíam outras universidades federais e a Bahia não, a discrepância entre os estados federados era enorme. Em seguida, construí indicadores relativos aos demais estados do Nordeste e tratei de mostrar que a dotação orçamentária federal para o ensino superior era proporcionalmente muito inferior na Bahia se ponderados pela população e pelo peso econômico. Por último, defendi a ideia de que as despesas com a educação superior são, na realidade, investimento e que os gastos com educação eram muito exíguos em relação ao conjunto das despesas da União, revelando, portanto, que as prioridades do Governo Federal eram, notoriamente, outras.

Em novembro de 1984 saí da Coordenação de Acompanhamento, porém continuei participando diretamente das atividades de redação da revista **Informe Conjuntural**, sem, contudo, a obrigação de chefiar um grupo especializado, o que me permitia atuar com mais desenvoltura onde fosse mais necessário. O economista César Vaz (que depois veio a ser Diretor Geral do órgão) sucedeu-me na função. Àquela época o CEI estava empenhado em organizar seu sistema de informações estatísticas através da implantação de um modelo de contabilidade social que, entre outros indicadores relevantes, permitisse o cálculo de um produto interno bruto estadual. A empreitada teórica e prática comportava um conjunto de desafios, inclusive aqueles oriundos das ingentes dificuldades resultantes da tentativa de construção de indicadores de caráter subnacional. Estados e regiões têm fronteiras muito mais voláteis do que as nações e o recorte estadual das informações disponíveis, para sua mensuração, afigura-se

36 *Vide*, **Informe Conjuntural**, Salvador, CEI, 1984, Vol. 4, nº 6, junho de 1984, pp. 276-281.

37 *Vide*, **Informe Conjuntural**, Salvador, CEI, 1984, Vol. 4, nº 7, julho de 1984, pp. 309-311.

sempre muito mais difícil. Neste sentido, foi contratado um consultor oriundo da CEPAL, Guillermo Marrero, com o propósito de orientar os trabalhos e transferir a experiência adquirida na elaboração de sistemas similares e também com vistas a que os procedimentos adotados fossem compatíveis e comensuráveis com os internacionalmente usuais. Como o processo todo não envolvia apenas a publicação, mas toda a produção do órgão, as naturais resistências a uma mudança desta monta não foram pequenas. Aliás, não podia ser de outra forma para um corpo técnico já maduro e bastante escaldado pelas muitas reformas administrativas que sofrera, no âmbito dos órgãos do sistema de planejamento do Estado, ao ser mais uma vez retirado de sua zona de conforto. No meu caso, no entanto, não tinha qualquer compromisso com as formas atávicas e, muitas vezes, anacrônicas, de produzir estatísticas e comecei a perceber a superioridade científica daquilo que se estava implantando, apesar de preservar meu usual senso crítico com relação a seu poder explicativo.

48

Na primeira metade de 1985, não me recordo exatamente quando, fui convidado por Rômulo Almeida para colaborar consigo no Instituto João Mangabeira, ligado ao PMDB e por ele presidido. Com sua vasta experiência, Rômulo Almeida constatara que, na eventualidade de que o candidato do PMDB ao Governo do Estado da Bahia se sagra-se vitorioso, como de fato ocorreu, não se dispunha de um plano de governo que respaldasse sua administração. Não havia ninguém mais capacitado para uma empreitada daquele gênero, tanto por sua inegável competência como formulador de propostas desenvolvimentistas exitosas, quanto por sua capacidade de liderança sobre os melhores quadros técnicos do Estado. Seu currículo neste sentido era inigualável e acumulava realizações impactantes como as da criação da Petrobras, Fábrica Nacional de Álcalis, Eletrobras, Banco do Nordeste e, no âmbito do Estado da Bahia, da própria CPE, concebida por ele originalmente como Comissão de Planejamento Econômico. Não me lembro exatamente quem teria indicado meu nome para o Dr. Rômulo (como o chamávamos à época com deferência), muito provavelmente, uma vez mais, teria sido meu fraterno amigo Murilo Philigret, mas nem ele mesmo tem plena certeza. O fato é que minha situação salarial no CEI era muito ruim e, embora me sentisse profissionalmente prestigiado, por uma série de circunstâncias, meu salário como contratado pela CLT era muito menor que o de meus colegas estatutários e ainda que não procurasse emprego ostensivamente, minha insatisfação salarial não era segredo entre os amigos mais próximos e era do conhecimento da direção do órgão em que trabalhava.

O Dr. Rômulo pretendia desenvolver o chamado Projeto Bahia no Instituto João Mangabeira, o qual consistia em reunir parcela significativa da inteligência técnica da Bahia na elaboração de um plano de governo que conseguisse pensar a política do Estado, não apenas em termos de grandes diretrizes gerais, mas também setorialmente.

Como a imensa maioria desses quadros técnicos mais capacitados simpatizava com a oposição, embora muitos ocupassem cargos e, às vezes, posições de destaque no Governo Estadual, não foi difícil, graças ao prestígio do Dr. Rômulo, reunir parcela preponderante do que de melhor havia nas diferentes áreas. A ideia do Dr. Rômulo para poder contar comigo, uma vez que ele tampouco dispunha de recursos, além de um prédio no bairro de Ondina para o funcionamento do Instituto, era que a liderança da minoria na Assembleia Legislativa me requisitasse ao Governo do Estado e eu seria colocado à disposição do Instituto, sem nenhuma melhoria em minha remuneração, mas com a possibilidade de participar diretamente de um desafio fascinante. Ademais, minha impressão do Dr. Rômulo era a melhor possível. A lembrança que guardo dele é de uma pessoa de grande generosidade, extremamente simples e afável no trato pessoal, embora fosse uma verdadeira lenda viva. Neste ínterim, no entanto, fui chamado pela Diretora Geral do CEI, Adalcina Maia Dias, pessoa de quem conservo uma opinião muito favorável, que me convidou para integrar a Assessoria Técnica do órgão. Professora da área de estatística da UFBA, creio que Adalcina via com bons olhos, o que não era consensual, a presença de alguém com uma formação profissional relativamente exótica e que interpelasse criticamente procedimentos e métodos. Parece, inclusive, segundo depoimentos que ouvi, que certa feita, em um congresso de estatísticos, justificou as vantagens da interdisciplinaridade num órgão de estatística exemplificando com minha presença na Assessoria, o que nem sempre era muito bem visto pelos seus próprios colegas com espírito mais corporativista...

A eventual aceitação do convite para a Assessoria me deixaria, segundo a percepção que tinha à época, em uma situação embaraçosa com o Dr. Rômulo. Haveria certamente uma melhoria salarial com o DAS-4 do cargo de Assessor, mas como era cronicamente sub-remunerado, meu salário, ainda assim, ficaria muito aquém dos demais assessores. Minha resposta, então, foi a de que só poderia aceitar o convite se fosse possível estabelecer a paridade de minha remuneração com a dos outros integrantes da Assessoria, o que sabia ser uma reivindicação muito difícil de ser atendida, embora fosse justa, em virtude dos entraves burocráticos e legais. No entanto, surpreendentemente, minha reivindicação de isonomia foi acolhida e fiquei profundamente embaraçado em ter que comunicar a novidade ao Dr. Rômulo. Sentia-me envergonhado de que ele pudesse pensar que me aproveitara de seu convite para andar barganhando melhorias salariais. Disse-lhe que precisava muito conversar com ele e fui recebido em sua casa, com aquele amável e simpático acolhimento costumeiro. Expliquei-lhe a situação e pedi-lhe que me liberasse do compromisso que havia assumido com ele. Com uma risada franca, diante do meu visível constrangimento, disse-me que ficava muito contente em ter contribuído, embora indiretamente, para minha melhoria salarial, sobretudo num momento em que estava próximo o

nascimento de Pedro, meu segundo filho. O Dr. Rômulo deixou-me completamente à vontade e saí de lá com o coração leve!

Fui nomeado, a partir de 16 de agosto de 1985, para o cargo na Assessoria do CEI, com uma gratificação de 241,18% sobre meu salário contratual e o jornalista Antônio Jorge Moura assumiu a função que me seria originalmente atribuída no Instituto João Mangabeira. Não sei exatamente o que aconteceu para que minha reivindicação fosse atendida, nem quais os passos seguidos para que este resultado fosse obtido, inclusive quais instâncias participaram dela, se precisou ou não, por exemplo, da anuência do titular da Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia – Seplantec. Provavelmente algumas opiniões favoráveis podem ter influenciado a decisão, talvez as de Celeste Philigret Baptista, do consultor Guillermo Marrero e o julgamento da própria Adalcina, mas só posso conjecturar sobre isso e, passado tanto tempo, é possível que hoje nem os diretamente envolvidos no episódio sejam capazes de reconstituir exatamente o ocorrido. Algum tempo antes disso, no entanto, e advogando, em certa medida, em causa própria, tinha publicado um artigo, em coautoria com Pedro Mendes Ferreira, intitulado “Salários: A Velha Política na Nova República”³⁸, no qual tratava de mostrar que o Governo Sarney, embora com alguma cautela, dava continuidade ou, pelo menos, não corrigia, a velha política de arrocho salarial, mesmo quando concedia aumentos do salário-mínimo, eventualmente, um pouco acima da inflação. Calculamos as perdas acumuladas, que não eram repostas e mostramos que os salários eram um dos poucos preços cuja correção estava sempre defasada, o que permitiu que o artigo partisse para uma defesa implícita da chamada *scala mobile*.

Em julho de 1985 ainda publiquei, retomando um pouco o curso de minhas investigações anteriores ao ingresso no serviço público estadual, o artigo intitulado “O Capital’ de Marx: Sobre a Estrutura Argumentativa do 1º Capítulo”³⁹. Nele tratei de apresentar, resumidamente, a obra magna de Marx, contextualizando-a no âmbito do grandioso projeto de crítica da economia política iniciado em 1844, em Paris, e deixado inacabado com sua morte em 1883. Lido após trinta anos de escrito, este pequeno artigo apresenta um conjunto de ideias, algumas das quais nem sempre compartilhadas por um grande número de comentaristas, que seriam por mim defendidas mais extensamente, ao longo dos anos, em diversos outros lugares. Além de situar, seguindo as indicações de Rosdolsky (e também de Bolívar Echeverría), **O Capital** no bojo deste projeto maior, tratei de contextualizar o capítulo inicial, sempre tido

38 Vide, **Informe Conjuntural**, Salvador, CEI, Vol. 5, nº 5, maio de 1985, pp. 209-215.

39 Vide, **Informe Conjuntural**, Salvador, CEI, Vol. 5, nº 7, julho de 1985, pp. 305-308.

como o mais difícil de ser lido. Este capítulo foi recorrentemente reescrito por Marx e sua primeira versão foi apresentada na **Crítica da Economia Política** de 1859; depois, no Livro I d’**O Capital**, conheceu três outras versões, a da primeira edição alemã de 1867, onde o Capítulo I, sobre a mercadoria, tinha um tratamento muito diverso, sem, por exemplo, aquela parte destinada exclusivamente ao fetichismo e sem o desdobramento da mercadoria em dinheiro que constou de um apêndice destinado à forma de valor; a da segunda edição alemã publicada em fascículos entre 1872 e 1873 e a versão francesa, também em fascículos, entre 1872 e 1875. A quarta edição alemã, canonicamente utilizada posteriormente (e que serviu de base para as quatro traduções em língua portuguesa) foi preparada por Engels, tomando a segunda edição alemã por base, porém aditando-lhe passagens da versão francesa.

À esteira de Macherey⁴⁰ examino o conceito de riqueza como ponto de partida da exposição da obra. Caberia aqui um breve parêntese e uma pequena consideração acerca de minha relação com a obra de Louis Althusser e seus discípulos. Embora nunca tivesse sido um partidário do “althusserianismo”, fui instado, por alguns professores e pelo próprio prestígio desta corrente no ambiente acadêmico que frequentei, a trilhar estes autores com algum detalhe. Minha relação com a obra de Althusser sempre foi muito ambivalente: de um lado, um grande respeito pelo apelo ao rigor e, sobretudo, por seu aguçado faro em detectar temas da maior relevância; do outro, um certo incômodo pela grandiloquência com que apresentava suas teses, muitas vezes exagerando, com sua leitura “sintomática”, os pontos de vista de seus oponentes ou as próprias teses de Marx, Engels ou Lênin. Do ponto de vista político, também não me atraíam certos aspectos de sua formulação (embora concordasse com sua reivindicação do legado de Lênin), notadamente sua aproximação ao maoísmo (embora concordasse com Althusser em seu encômio aos textos de Mao de julho e agosto de 1937, “Sobre a Prática”⁴¹ e “Sobre a Contradição”)⁴², porque me parecia equivocado e politicamente incorreto o epíteto de “social-imperialismo” com o qual os maoístas designavam à União Soviética e o enfrentamento sino-soviético sempre me pareceu desastroso para todas as forças progressistas do resto do mundo. Ademais, sempre nutri muitas desconfianças com relação à “revolução cultural”, muito encomiada por certos círculos intelectuais que sempre tinham uma alta estima pelo pensamento de

40 Cf. Macherey, Pierre, *A propos du processus d'exposition du « Capital »*, in Althusser et alii, **Lire le Capital**, Paris, Presses Universitaires de France, 1996, pp. 201-244

41 Cf. Mao Tsé-Tung, *Sobre la Práctica*, in Idem, **Obras Escogidas**, Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1971, Tomo I, pp. 317-332.

42 Cf. Mao Tsé-Tung, *Sobre la Contradicción*, in **Op. Cit.**, Tomo I, pp. 333-370.

Althusser. No entanto, a ênfase na obra madura de Marx e, sobretudo, a incitação à leitura d'**O Capital** foram acertos cruciais, embora eivados pelo exagero “bachelardiano” da “ruptura epistemológica”.

Já na “tese” de conclusão da licenciatura havia dedicado um apêndice à tentativa de demonstrar que a crítica althusseriana a John Lewis não atingia minha formulação do “sujeito da história” no referido trabalho. Com Carlos Pereyra na banca esta parte do trabalho foi tão debatida que o Otero, que a presidia, interveio solicitando que se discutisse o restante do meu texto e não apenas o apêndice em questão. Porém, já ao longo daquele trabalho, meu distanciamento do historicismo e de Hegel e a tentativa de resgate de uma historiografia científica, desde os tempos do Manuel Maurício, aproximavam-me do legado althusseriano. Fiquei muito favoravelmente impressionado com o texto de Macherey elaborado para a obra coletiva **Lire le Capital**, cuja importância inegável não se pode escamotear. Apesar de sua escrita um tanto abstrusa e, portanto, pouco cativante, Macherey, no entanto, além do rigor de sua análise sobre a argumentação de Marx em sua obra maior, enfatiza um ponto muito pouco assinalado pelos mais diversos comentaristas e que incorporei como meu: **O Capital** parte da problematização da noção de “riqueza”, que Macherey atiladamente associa à de “população” exemplificada na famosa “Introdução de 1857” (parte integrante dos **Grundrisse**, embora tradicionalmente publicada conjuntamente com a **Crítica da Economia Política** de 1859). É a partir do questionamento da noção de “riqueza” que Marx vai, via forma mercadoria e seu desdobramento em forma dinheiro, chegar à crítica da forma capital dos produtos do trabalho humano, objeto da obra. Este “ponto de partida” d'**O Capital** não é inocente ou casual, mas é parte integrante e ineludível da estrutura argumentativa da obra. Aliás, a **Crítica da Economia Política** de 1859 já começava da mesma forma⁴³. Parto, portanto, no meu artigo anteriormente mencionado, do *insight* clarividente de Macherey e trato de assinalar as grandes inflexões discursivas da obra e alguns de seus pressupostos fundamentais, como o do intercâmbio de equivalentes para os livros primeiro e segundo, só abandonado no terceiro, etc. Minha conclusão é a de que o primeiro capítulo da obra cumpre um papel introdutório crucial, com a exposição da teoria do valor, sem a qual o conjunto da obra não seria adequadamente inteligível, inclusive pela centralidade, como destacava Rubin, do exame aí realizado do “fetichismo mercantil”. À esteira deste pequeno artigo, na tese de doutoramento, tratei de mostrar o

43 “À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como seu modo de ser elementar” (Marx, **Para a Crítica da Economia Política**, São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 31), vale dizer, o objeto da obra é a “riqueza burguesa”, cuja forma precípua é o capital (valor que se valoriza).

movimento hipostático da forma valor em seu desdobramento daquilo que designei como “tríade fetichoide” e que compreende as formas mercadoria, dinheiro e capital.

En passant, valeria a pena comentar meu desconforto com a paradoxal recomendação de Althusser de se iniciar a leitura d’**O Capital** pela segunda seção (Capítulo 4), ou seja, pela apresentação da forma capital⁴⁴. Sua ênfase na centralidade do conceito de “mais-valia” levou-o a relativizar a exortação ao rigor formulada alguns anos antes na mencionada obra coletiva e o fez aderir a uma proposta inaceitável de leitura atalhada. É provável também que os primeiros capítulos tenham sido considerados mais próximos de certas reminiscências hegelianas consideradas por ele indesejáveis. Em favor de Althusser está, no entanto, uma longa tradição que, com o intuito de livrar os leitores das agruras e dificuldades, reconhecidas pelo próprio Marx, do início da obra, propõe um roteiro de leitura diferente daquele pretendido pelo autor. Nomes da importância de Karl Korsh, por exemplo, também propuseram anteriormente (1932) um caminho alternativo para a leitura da obra, no caso iniciando-a pelo começo da terceira seção, ou seja, pelo Capítulo V da versão alemã⁴⁵ (porque na francesa a capitulação, nesta parte do texto, já está diferente, correspondendo ao Capítulo VII). Maurice Dobb, um dos decanos do marxismo inglês, também se queixaria, em 1937, do “[...] tão mal construído primeiro capítulo de **O Capital**”⁴⁶. Destarte, a defesa pela leitura da obra segundo o roteiro do próprio autor, como propunha em meu artigo, não era, portanto, uma mera obviedade. Aliás, o próprio Marx esteve perfeitamente consciente, como já foi mencionado, destas dificuldades, tanto que refez sucessivamente, desde 1859, sua exposição da temática da Primeira Seção (os três primeiros capítulos) intitulada “Mercadoria e Dinheiro” e, no prefácio à versão francesa, advertiu claramente seus leitores da seguinte maneira: “Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos”⁴⁷.

44 Em artigo publicado originalmente em **L’Humanité**, em março de 1969, Althusser dá o seguinte conselho: “começar a leitura do Livro I pela Seção II: *a transformação do dinheiro em capital*” (Althusser, Como Ler “O Capital”, in **Posições**, Trad. Paisana, João, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 57).

45 “A meu juízo é melhor começar pela leitura do capítulo V sobre ‘Processo de Trabalho e Processo de Valorização’” (Korsh, Karl, **Tres Ensayos sobre Marxismo**, Trad. Palos, Ana María, México, Era, 1979, p. 63) e, em seguida, Korsh sugere um percurso de leitura muito diferente da sequência original.

46 Dobb, Maurice, **Economía Política y Capitalismo**, Trad. Martínez, Emigdio, México, Fondo de Cultura Económica, 1974, p. 15.

47 Marx, Karl, **O Capital**, Trad. Barbosa, Regis e Kothe, Flávio, São Paulo, Abril Cultural, 1983, Tomo I, Vol. 1, p. 23.

Depois deste escrito não tornaria mais a publicar artigos assinados no **Informe Conjuntural**, todas as minhas contribuições àquela publicação doravante seriam apenas institucionais⁴⁸. Ao ser designado para o cargo de Assessor fiquei completamente absorvido pelas atividades institucionais, atuando conforme as necessidades do momento, porém sempre ligado à redação desta revista. Com as alterações no perfil do CEI a publicação também foi assumindo paulatinamente a característica de veículo para a divulgação das estatísticas produzidas pela instituição, passando a assumir a publicação da análise do “Desempenho da Economia Baiana” do ano anterior e esta função começou a absorver completamente o perfil da revista, cuja periodicidade passou, inclusive, a aumentar. A partir de 1985, e até 1989, anualmente publicávamos um número, relativamente extenso, do **Informe Conjuntural** no qual apresentávamos um balanço da economia baiana do ano anterior. Em agosto de 1986, finalmente, publicamos os cálculos do “Produto Interno Bruto: Bahia 1975-1985”. Em janeiro de 1986 fiz um curso intensivo (140 horas) de estatística ministrado por Ramonaval A. Costa, professor da UnB e especialista em distribuição de renda, intitulado “Curso de Estatística Aplicada ao Planejamento”. O curso visava capacitar melhor o corpo técnico do CEI, sobretudo com vistas às reformulações necessárias ao estabelecimento de um sistema regional de contabilidade social e era destinado, fundamentalmente, a estatísticos e economistas. Embora minha formação acadêmica estivesse distante do objeto do curso e minhas atribuições não tornassem imprescindível uma formação estatística *stricto sensu*, pareceu-me adequado cursá-lo, inclusive submetendo-me às avaliações, como forma de melhor me capacitar para o diálogo com meus colegas das áreas com melhor formação estatística e também como um meio de aparar as resistências daqueles que consideravam minha formação acadêmica extravagante para trabalhar num órgão de estatística. Atendendo a um convite pessoal do Ruy Mauro Marini participei, também, do Seminário sobre Imperialismo, Neocolonialismo e Democracia sob sua coordenação, no âmbito XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia realizado entre 2 e 7 de março de 1986, na UERJ, no Rio de Janeiro.

48 Em 1985 publicaria ainda o artigo jornalístico intitulado “A Dívida Pública e a Soberania Nacional” (in **Jornal de Vilas**, Lauro de Freitas, julho/agosto de 1985, p. 12) no qual tratava de mostrar os graves problemas fiscais decorrentes da dívida pública, sobretudo a externa, e propunha uma auditoria daquela dívida de modo a que o país só assumisse o encargo da dívida efetivamente contraída. Acreditava à época que a luta pela democracia, que desembocaria na Constituinte, também passava pela afirmação soberana das contas públicas, de modo a que estivessem mais direcionadas à redução das brutais desigualdades sociais do país. Não era uma ideia original, mas continua defensável nos dias de hoje.

Permaneci no cargo de Assessor (DAS-4) do CEI até abril de 1987. Em 1986, ano do Plano Cruzado, ocorreu também a campanha eleitoral para o governo do estado, na qual Waldir Pires venceu com expressiva votação. Houve nesta época grande efervescência política e o Instituto João Mangabeira funcionou plenamente, articulando uma parcela muito expressiva dos melhores quadros técnicos do estado. Foi um tempo de muita esperança e planos! Waldir Pires assumiu o Governo do Estado da Bahia em 15 de março de 1987, nomeando Celeste Philigret Baptista Diretora Executiva do CEI e fui por ela designado Assessor-Chefe (DAS-5) a partir de 28 de abril daquele mesmo ano. Embora já estivesse acostumado ao exercício das funções de assessoramento, a situação agora era bastante diferente, porque tínhamos um compromisso político e não apenas profissional com o Governo. Seria, inclusive, designado pelo próprio Governador do Estado responsável pelo expediente do CEI durante os afastamentos e impedimentos da titular em 23 de novembro de 1987. Apesar da vitória consagradora nas eleições a situação do Estado não era muito auspiciosa. Havíamos chegado a um diagnóstico de que seu quadro financeiro era muito preocupante, com uma máquina pública muito cara e ineficiente, convertida em cabide de emprego para um funcionalismo público clientelista e inchado, porém muito mal remunerado. Sem uma reforma profunda do próprio Estado dificilmente haveria recursos disponíveis para o atendimento das muitas carências da população. O fracasso do Plano Cruzado trouxera obstáculos ainda maiores, pelo agravamento das dificuldades e pela decepção com a frustração das esperanças originadas com o estancamento momentâneo da inflação.

Do ponto de vista da produção das informações necessárias para a formulação de um diagnóstico rigoroso sobre a situação socioeconômica do Estado, nos defrontávamos com dificuldades difíceis de superar. O IBGE, principal fonte produtora das informações que utilizávamos, não fazia muito caso aos órgãos estaduais de estatística. Funcionava como uma “caixa preta” sem muito compromisso em atender às demandas dos estados. Além de não regionalizar as informações adequadamente, dificultava o acesso às metodologias, bem como às fontes básicas de dados. Havia sempre algum obstáculo burocrático difícil e demorado para contornar e pouca disposição em atender às demandas. Organizamos um encontro dos órgãos estaduais de estatística do Nordeste com o objetivo de fortalecer nossos pleitos junto ao IBGE e, com isso, chegamos a conseguir uma reunião com sua presidência, mas uma instituição com a complexidade do IBGE só se move muito lentamente. A Petrobras tampouco fazia muito caso das demandas estaduais por informações, embora o Estado da Bahia e muitos municípios fossem credores de *royalties* pela exploração de petróleo. As estatísticas do próprio Estado eram muito ruins também, o que tornava sempre

mais difícil e menos precisos os diagnósticos de sua situação socioeconômica, bem como a proposição de ações adequadas a seu enfrentamento.

O Governo Waldir Pires ficou relativamente paralisado em meio a suas próprias contradições, incapaz de avançar na direção das “mudanças” prometidas ao longo da exitosa campanha eleitoral. Sua característica de governo de coalizão, aglutinando forças políticas muito díspares, tornava particularmente difícil a execução de uma governança coerente e esta pesada sina parece ter afetado os governos progressistas ulteriores do Brasil, em todos os níveis (federal, estadual ou municipal). Sem condições políticas de diminuir abruptamente o inchaço da máquina pública estadual pela demissão dos que se encontravam em situação irregular e pela realização de concursos para preencher republicaneamente as necessidades remanescentes, o Governo da Bahia ainda havia recebido como legado do governador anterior, João Durval Carneiro, a correção salarial integral pela Unidade de Referência de Preços – URP, concedida em seus estertores, qual bomba de tempo, o que deixava as finanças estaduais ainda mais combalidas, sem condições de atender a outros gastos e com muita dificuldade para custear a própria máquina. Este quadro seria agravado pelas próprias características do governo de coalizão, com a distribuição dos cargos entre as diferentes forças políticas que o elegeram e lhe davam sustentação e que se digladiavam entre si dificultando a governança e contribuindo para sua inércia e paralização. Por outro lado, as forças políticas derrotadas no plano estadual mantiveram-se fortes a nível federal e o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, oriundo da mesma UDN da qual provinha o Presidente Sarney (bem como da Arena, já na ditadura) era o responsável pela distribuição das concessões de rádio e televisão, garantindo uma permanente hostilidade da mídia ao governo estadual.

O CEI, talvez por sua pouca importância política, como órgão eminentemente técnico e também pela presença de Jairo Simões, que fora orientador da dissertação de mestrado de Celeste Philigret Baptista, como titular da Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia – Seplantec, à qual o órgão estava vinculado, não sofreu com o loteamento político de seus cargos, embora ocorressem alguns pedidos e pressões. Com isso permanecemos nos cargos até a renúncia de Waldir Pires para concorrer à eleição presidencial como candidato a vice-presidente na chapa do PMDB encabeçada por Ulysses Guimarães. Antes disso, no entanto, muitos quadros técnicos ligados ao Dr. Rômulo e ao Instituto João Mangabeira já haviam sido exonerados em meio aos conflitos no interior do próprio Governo, onde as forças da direita, paulatinamente, ganhavam mais espaço. Destarte, a assunção do Vice-Governador Nilo Coelho ao Governo do Estado, em 15 de março de 1989, consolidou e radicalizou um processo já em andamento. Com a saída de Waldir Pires, saíram subsequentemente Celeste Baptista e Jairo Simões. Logo após à saída dela fui sondado para o cargo, porém não

titubeei em não aceitar. Na verdade, já andava bastante desgostoso com o serviço público estadual e meu desejo era o de retornar à vida acadêmica. Se com um governo no qual acreditava as coisas não andavam, não me sentia animado em seguir batalhando em uma causa vã e no mundo acadêmico, com todas as suas limitações, seria dono do meu nariz. Todas as dificuldades em obter resultados no serviço público estadual me faziam sentir como o narrador do conto de Mario Benedetti, em **Montevideanos**, intitulado “*El Presupuesto*”, no qual se esperava de modo quase kafkiano pela aprovação de um orçamento que nunca acontecia, revelando toda a impotência e a tensa expectativa do personagem ante decisões sobre as quais não tinha qualquer ingerência e que afetavam diretamente seu trabalho e sua vida. Com minha recusa, Eliecim Fidélis, que havia sido Gerente Administrativo e Financeiro na gestão de Celeste Baptista, foi nomeado para a Direção Executiva. Como de praxe coloquei meu cargo à disposição, porém Eliecim, com quem sempre tivera um excelente relacionamento, perguntou-me se tinha alguma restrição a ele, etc. Disse-lhe que não, mas que já não me sentia mais motivado a continuar sequer no serviço público estadual e que não tinha mais condições de um bom desempenho no cargo. Ele me propôs que continuasse até que ele conseguisse alguém que correspondesse às suas expectativas. Com isso permaneci como Assessor-Chefe do CEI até 6 de abril de 1990 e como funcionário público estadual até 9 de maio de 1991, quando pedi demissão em virtude de meu ingresso na Universidade Federal da Bahia como professor em regime de dedicação exclusiva.

A Retomada Acadêmica



Minha decisão de retorno à academia foi amadurecendo paulatinamente. Nunca deixei de acalentar a ideia de pôr um pé na academia. Na verdade, jamais me afastei completamente dela, pois, além do Mestrado em Ciências Sociais (abandonado, em virtude das imposições profissionais, em 1986), já em agosto de 1988 ingressaria no Curso de Especialização em Filosofia para o Magistério no 2º Grau. Minha disposição de retorno à academia era tanta que decidi, se fosse necessário, uma vez que a universidade não abria concurso, começar pelo magistério do ensino médio. Este curso de especialização permitiu-me retomar, de maneira compulsória e organizada, os estudos filosóficos. Através dele entrei em contato com alguns professores que, algum tempo depois, seriam meus colegas, uma vez que o curso era uma iniciativa do Departamento de Filosofia e antecederia em uma década à criação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, processo no qual teria uma participação muito ativa. Dentre os professores do curso de especialização merece especial destaque o saudoso Delmar Schneider, com quem aprendi muito e foi um guia na minha retomada dos estudos filosóficos, notadamente no que se refere à tradição clássica, Platão, Aristóteles, Kant e, sobretudo, Hegel. Embora tenha publicado muito pouco⁴⁹, Schneider

49 Ubirajara Rebouças também não se notabilizaria por publicações, o que não diminuiria sua influência e importância sobre toda uma geração. Aliás, valeria a pena reiterar, Bira, como carinhosamente o chamávamos, exerceria, mesmo assim, uma liderança tácita, porém incontestada, sobre a comunidade filosófica da Bahia. A escassez de produção escrita parece ter sido um coete da época, que não diminuiu a importância relativa destes professores, na qual Fernando Rego também poderia ser incluído.

era um excelente professor de filosofia, que poderia, sem favor algum, ser incluído na lista dos maiores que conheci. Ele seria nosso orientador no trabalho de final do curso de especialização elaborado em conjunto com Joceval Andrade Bitencourt, hoje professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Este curso, com duração de 620 horas, iria até março de 1990.

Minha crescente decepção com o serviço público estadual foi sedimentando em mim o desejo de mudar de armas e bagagens para a academia. Sabia que este processo não seria fácil. Não iria encontrar no mundo acadêmico daqui as mesmas facilidades que teria encontrado no México caso tivesse decidido tempestivamente por lá ficar. Minhas pequenas conquistas no âmbito da burocracia estadual agora já não teriam muita relevância neste novo ambiente. Teria que tornar a matar novos leões... Ademais, a Coruja de Minerva só com muita dificuldade alçava seu voo na ensolarada Bahia, seria necessário, portanto, conquistar espaço para a própria atividade filosófica, então muito relegada na própria universidade. O Departamento de Filosofia era um grande prestador de serviços para toda a universidade e em seu âmbito a atividade propriamente filosófica apenas se esboçava. Havia, inclusive, dentre seus integrantes, uma certa hegemonia da área de educação e o curso de filosofia, embora contasse com alguns professores excelentes, era, no geral, muito ruim. Antes, porém, do concurso que me levaria a ingressar na UFBA, prestei outro para o magistério do então 2º Grau. Embora a filosofia não fosse ainda disciplina obrigatória no ensino médio, em 1990, abriram-se umas poucas vagas para esta disciplina (umas seis ou oito, se não me falha a memória) para o magistério público estadual na região de Salvador. Prestei o concurso e fui aprovado e, após alguns meses, fui chamado e tomei posse no cargo em 8 de novembro de 1990 no Colégio Severino Vieira, no Largo de Nazaré, em Salvador.

Minha experiência no ensino médio foi muito esclarecedora, porém profundamente decepcionante. A situação do ensino público revelou-se para mim estarrecadora, muito pior do que qualquer cenário ruim que pudesse sequer imaginar. Deparei-me com alunos literalmente analfabetos no último ano do ensino médio. Este “feito” só foi possível porque até as provas de português eram de múltipla escolha e nenhum aluno redigia nada. Ao elaborar questões dissertativas fiz com que o problema aflorasse com maior nitidez. Embora o concurso fosse para ministrar filosofia foram-me alocadas turmas de sociologia, o que aceitei, mesmo a contragosto, para não começar entrando em conflito. O mais grave de tudo, porém, é que no último horário ninguém ministrava aulas, ou seja, independentemente de quaisquer circunstâncias 25% das aulas jamais seriam ministradas. Descobri isto de uma forma surpreendente! Ao combinar as atividades da próxima aula com uma das turmas de alunos, a qual cairia no último horário, eles me manifestaram que isto não seria

possível porque não havia aulas neste horário. Fiz pouco caso das advertências e os compeli a frequentarem a aula, inclusive sob a ameaça de reprovação por falta. O resultado foi que à saída notei que éramos os únicos remanescentes naquela escola imensa, que estava completamente vazia e o portão do estacionamento trancando. Para sair com o carro tive que procurar a vigilância e só depois de muito tempo consegui cumprir meu desiderato de ir para casa. A desculpa para esta prática era a insegurança do último horário que terminava próximo às 22 horas... O problema é que em uma das minhas turmas, por exemplo, as duas aulas semanais estavam alocadas no último horário, ou seja, seria um curso completamente fantasma. Diante disso, como já era, a esta época, burocrata relativamente tarimbado, no dia seguinte entreguei um memorando à vice-diretora do turno noturno relatando os fatos e pedindo que minhas aulas daquele último horário fossem remanejadas e distribuídas para horários em que a escola funcionasse efetivamente. O previsível desfecho do episódio foi que, doravante, meus colegas não mais me cumprimentavam na sala dos professores... Assim, mesmo antes de que a UFBA me chamasse e já estava pedindo demissão do cargo de professor da rede estadual de ensino. Como era concursado, só consegui me desvencilhar do fardo e que minha exoneração saísse no Diário Oficial às vésperas da posse no cargo de professor da UFBA, em 10 de maio de 1991 e, mesmo assim, depois de conseguir uma audiência com a Chefia de Gabinete da Secretaria de Educação. O descontrole era tanto que, mesmo depois de publicada a exoneração, ainda recebi um mês de salário... O lado positivo da experiência foi a constatação de que, mesmo em condições tão adversas, havia uma parcela significativa de alunos, que calculei em mais de 30%, bastante bons e interessados e que revelavam um desempenho acadêmico mais do que satisfatório. Decidi direcionar o curso, enquanto permaneci aí lecionando, creio que até janeiro ou fevereiro, a estes alunos. Sob este aspecto a experiência foi muito gratificante, sobretudo pela inesperada e comovente receptividade de uma parte do alunado.

Assumi na UFBA em regime de dedicação exclusiva, o que me obrigava a não mais permanecer como funcionário do Estado da Bahia. Muitos amigos consideraram temerária minha atitude, sobretudo porque meu salário como Professor Auxiliar era muito ruim. No entanto, além das dificuldades que entranharia um pedido de mudança de regime para vinte ou quarenta horas (esta última hipótese mais difícil ainda de ser concretizada), já não tinha qualquer ânimo de permanecer como funcionário público estadual e a perda do vínculo empregatício com o Estado da Bahia não foi um fardo, mas uma libertação. Tinha plena convicção de que minha opção pela carreira acadêmica era definitiva e irreversível. No entanto, o começo, como costuma acontecer em reviravoltas desta magnitude, não foi propriamente fácil. Além do salário baixo, o Departamento de Filosofia, àquela época, era mais vocacionado

à prestação de serviços ao conjunto da universidade do que à filosofia propriamente dita. Ademais, a área de filosofia da UFBA não tinha qualquer visibilidade nacional e, mesmo no plano local, seu prestígio não era muito grande. Outros departamentos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas já desenvolviam a pesquisa de forma sistemática, pelo menos através de alguns de seus integrantes, mas no Departamento de Filosofia a pesquisa filosófica era uma atividade marginal, que não contava com qualquer apoio institucional, nem com o reconhecimento no âmbito do próprio Departamento. Ministrávamos aula e pronto! Como calouro me eram assignadas, invariavelmente, a cada semestre, quatro turmas de Introdução à Filosofia para diferentes cursos e, embora tivesse completado os créditos por disciplina no Mestrado em Filosofia da UNAM, como não defendera a dissertação, minha única titulação era a de Licenciado em Filosofia, pois o curso de especialização realizado na própria UFBA também não contava para efeitos de progressão funcional ou remuneração. Ansiava poder me dedicar à pesquisa filosófica e também necessitava urgentemente melhorar minha remuneração. Ademais, a carreira acadêmica, cada vez mais, exigia a titulação de pós-graduação e eu já não estava mais tão jovem assim... Meu desiderato de ingressar numa pós-graduação de filosofia esteve presente desde o momento em que tomei posse do cargo de professor universitário. Porém, pelas regras da época, não poderia me afastar enquanto não cumprisse um estágio probatório de dois anos e o Departamento de Filosofia, vocacionado à atenção da demanda por aulas de quase toda a universidade, não era lá muito sensível a pedidos de afastamento para qualificação.

Enquanto aguardava o fim do cumprimento do estágio probatório tratei de sair à procura de alternativas. Àquela época a internet ainda não estava disseminada entre nós e os contatos tinham que ser estabelecidos principalmente através dos correios. Tratei de contatar primeiramente com a UNAM, procurava informações sobre uma eventual retomada do meu mestrado. Meu objetivo, àquela altura dos acontecimentos, era queimar etapas e, se possível, ingressar diretamente em algum doutorado em filosofia. Havia, no entanto, outro obstáculo a superar. Não estava disposto a abandonar meu interesse pela obra de Marx e, na conjuntura daquele momento, com a queda recente do Muro de Berlim e a posterior derrocada da União Soviética, os estudos marxistas, que sempre foram vistos com reservas na academia, eram tratados agora como algo, simplesmente, *démodé*. A resposta que obtive da UNAM foi alentadora: poderia ingressar diretamente no doutorado, desde que renunciasse à obtenção do grau de mestre (o que não seria propriamente uma dificuldade!), porém teria que conseguir orientação, etc. e viver alguns anos no México. Com três filhos, Clara ainda muito pequena, e uma companheira bem empregada e sem qualquer perspectiva de obtenção de bolsa, esta alternativa não se apresentou viável. Entrei em contanto

também com a Universidade de Lisboa, pois soube que eles poderiam avaliar melhor minha graduação, permitindo-me o ingresso direto no doutorado, sem ter que fazer um mestrado, o que me consumiria mais tempo para adquirir a cidadania acadêmica completa. Efetivamente, em virtude da quantidade de créditos cursados e da defesa da tese, etc., minha graduação obteve uma pontuação em valores próxima daquilo que corresponderia ao mestrado e bem superior ao das graduações brasileiras⁵⁰, porém, embora uma estadia em Portugal facilitasse a vida dos meus filhos, em virtude da língua comum, o problema persistia, pois, meu salário não era suficiente para que nos mantivéssemos aqui, quanto mais lá fora. Ademais, a situação do Brasil era particularmente incerta, com uma inflação elevadíssima.

Procurei informações sobre os programas de pós-graduação em filosofia existentes no país e neles só encontrei, àquela época, dois professores que trabalhavam o marxismo: José Chasin, na UFMG e João Quartim de Moraes, na UNICAMP. Tratei de elaborar um projeto, que seria muito próximo daquele que, finalmente, resultou em minha tese de doutorado. Encaminhei-o ao Chasin, não me recordo exatamente quando, mas creio que meu contato telefônico com ele ocorreu em torno de novembro de 1992. O Chasin, de maneira muito franca, disse-me que, embora encontrasse méritos no meu projeto e se dispusesse a me orientar, não concordava com meu enfoque teórico e me propunha que o readequasse para que fosse aceito, o que poderia ser feito, inclusive, após o ingresso, ao longo do próprio curso. Agradei-lhe a atenção, mas não tornei a entrar em contato com ele. Não se tratava de que não estivesse disposto a acolher sugestões, a questão é que não pretendia produzir uma reviravolta em minhas concepções, que já estavam suficientemente maduras e sedimentadas. Infelizmente nunca pude conhecê-lo pessoalmente. Do grupo de pesquisadores por ele liderado conheci primeiramente Ana Selva Albinati, da PUC – MG e, em seguida, sua viúva e continuadora Ester Vaisman, da UFMG, com as quais venho mantendo uma fraterna e proveitosa colaboração no âmbito do GT Marxismo da ANPOF. Quanto ao Quartim, nem cheguei a procurá-lo àquela época e só alguns anos mais tarde viria a conhecê-lo. Em dezembro de 1992 viajei para o Rio, com mulher e filhos, para passar os festejos de fim de ano com minha mãe. Instado insistentemente por minha amiga Cândida Barros, pesquisadora do Museu Goeldi, em Belém, que também estava no Rio em visita à família, decidi dar uma passada no IFCS, mesmo achando que não encontraria ninguém por lá no período entre o natal e o *réveillon*. Surpreendentemente lá estava o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em

50 As graduações brasileiras pontuavam entre doze e treze valores, enquanto minha graduação mexicana obteve quinze valores, sendo que os mestrados portugueses obtinham dezesseis valores.

Filosofia da UFRJ, àquela época Gilvan Fogel. Sua receptividade não poderia ter sido melhor. Tivemos uma longa e produtiva conversa e ele me disse que, mesmo após tantos anos de abandono do mestrado em filosofia da UNAM, eu poderia ser aceito como transferido, alegando inclusive que havia precedentes parecidos neste sentido. Minha tarefa imediata seria a de procurar alguém que se dispusesse a me orientar e passou-me uma lista com todos os professores do programa.

Na lista constava o nome de Wilmar do Valle Barbosa, que participara da obra coletiva organizada por Antonio Rezende e intitulada **Curso de Filosofia**, destinada a “professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação”⁵¹, escrevendo o capítulo sobre o “Materialismo Histórico”. Em abril ou maio de 1993 consegui falar com ele por telefone e expliquei-lhe minha situação. O Wilmar ponderou que já não se interessava muito pela obra de Marx e que não pretendia desviar-se dos temas que trabalhava, inclusive deixou claro que estava mais interessado em uma reflexão sobre certas questões temáticas, como as ambientais, por exemplo, do que em algo centrado em um autor. Tentei convencê-lo de que meus interesses tangenciavam problemas que talvez pudessem interessá-lo e marcamos uma entrevista no Rio. Na verdade, eu já estava com o projeto mais ou menos amarrado, mas não queria chegar com o pacote pronto. Encontrei-o em seu apartamento na Gávea e tivemos uma longa conversa e fiquei de lhe entregar um projeto para que ele apreciasse e decidisse se me orientaria ou não. Três dias depois, para grande surpresa dele, entregava-lhe o projeto em mãos e retornava a Salvador, aguardando seu veredito. Aproximadamente um mês depois, em junho, receberia um fax com uma declaração oficial sua na qual aceitava me orientar. Iniciei, então, toda a tramitação burocrática para minha admissão no Mestrado em Filosofia da UFRJ e para meu afastamento da UFBA e em 28 de fevereiro de 1994 compareci à primeira aula, como bom calouro, numa disciplina sobre **O Capital** ministrada por Franklin Trein. Evidentemente, só ele e eu comparecemos e o início do curso postergou-se para a semana subsequente...

Embora ingressasse no mestrado e não diretamente no doutorado como pretendia inicialmente, as vantagens de estudar no Rio de Janeiro eram, para mim, compensadoras. O Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ figurava entre os melhores do país, avaliado com nota A pela CAPES, a maior possível naquele tempo. Minha mãe àquela época morava só em um apartamento confortável em Icaraí, em Niterói, grande o suficiente para me acolher sem problemas e ela imediatamente providenciou um quarto para que eu tivesse toda a comodidade e a possibilidade de trabalhar sossegado. Pelas barcas chegava ao IFCS facilmente a pé e só esporadicamente

51 Rezende, Antonio (Org.), **Curso de Filosofia**, Rio, Jorge Zahar, 1986, p. 3.

usava o carro para, nos fins de semana, visitar amigos no Rio ou ir à casa de minha irmã Adelaide em Piratininga, na orla oceânica de Niterói. Uma vez por mês visitava a família em Salvador. Pegava um voo na quarta-feira à tarde, saindo diretamente da aula do Alberto Oliva, que era ministrada pela manhã, e retornava ao Rio na terça-feira pela manhã e ia diretamente para a aula do Franklin que era ministrada à tarde. Como não sabia quantas disciplinas, dentre aquelas que havia cursado na UNAM, seriam aproveitadas, inscrevi-me nas duas, o que depois revelou-se desnecessário, uma vez que foram aproveitados todos os créditos anteriores, que ultrapassavam, em muito, os exigidos pela UFRJ, de modo que regimentalmente bastaria ter cursado uma disciplina no IFCS, porque não poderia ter todos os créditos por disciplina vindos de fora. No entanto, ambas me foram muito úteis e fui acolhido pelos dois professores de maneira muito generosa. O Oliva, embora liberal e muito influenciado pela filosofia de Karl Popper, tratava criticamente de temas epistemológicos que eram do meu maior interesse, desde que me tornara orientando do Otero. Ademais, não ostentava a posição dogmática antimarxista comum a certos liberais. Escrevera sua tese de doutoramento, depois publicada em livro⁵², sobre a epistemologia de Florestan Fernandes, assinalando seu caráter relativamente eclético e, com isso, explorara os clássicos das ciências sociais, que me interessavam muito também, como Durkheim, Weber e, claro, Marx. Também não comungava do credo, então majoritário no ambiente acadêmico, sobretudo após a queda do Muro de Berlim, de que o pensamento de Marx era completamente *démodé*. Ademais, minhas críticas a Popper eram aceitas sem quaisquer problemas, mesmo quando não compartilhadas. Nosso diálogo fluiu com muita desenvoltura, apesar da diferença básica de concepções, o que o tornava, inclusive, mais interessante.

Com o Franklin Trein, como mencionado, fiz um curso sobre **O Capital**, que foi particularmente interessante e produtivo, sobretudo pelas presenças de alguns colegas que enriqueceram muito o debate, como Lérida Povoleri, Alice Werner (ambas professoras do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense – UFF) e Marildo Menegat, que também cursava a pós-graduação em filosofia e hoje é professor da Escola de Serviço Social da UFRJ. O Franklin havia estado um longo período na *Freie Universität Berlin* e tinha bom manejo da filosofia hegeliana também. Os debates ao longo do curso eram bastante instigantes e compreendiam o cotejo das várias versões da obra de Marx e contavam com a riqueza propiciada pela presença de participantes com diferentes interesses e formações. Ainda me lembro

52 Oliva, Alberto, **Ciência e Ideologia: Florestan Fernandes e a Formação das Ciências Sociais no Brasil**, Porto Alegre, Edipucrs, 1997.

com nostalgia das conversas que se estendiam em algum bar do Centro do Rio ao término das aulas... Tanto o Franklin, quanto o Oliva, integrariam a minha banca de pré-defesa da dissertação e juntamente com o Wilmar, meu orientador, instados pelo primeiro (o Franklin), em vez de meramente me aprovarem, decidiram, adicionalmente, elaborar um documento dirigido ao Colegiado do Programa sugerindo que, embora elaborado como uma dissertação de mestrado, meu trabalho deveria ser considerado uma tese doutoral e defendida como tal. Infelizmente o Regimento do Programa não contemplava esta possibilidade, porém continha um outro dispositivo que me permitiria ingressar no doutorado sem o respectivo mestrado se comprovasse alguns anos de experiência no magistério superior, o que não me isentaria, no entanto, da necessidade de concorrer no processo seletivo como qualquer outro candidato. Após a aprovação na seleção do doutorado, no qual ingressei em 1996, tive ainda que superar alguns obstáculos burocráticos, como o fato de que, para todos os efeitos normativos, o ingresso no doutorado significava o abandono do mestrado, com minha conseqüente inadimplência com a CAPES, que me concedia bolsa pelo Programa de Capacitação Docente – PICD, embora tivesse muito mais créditos do que os exigidos pelo mestrado. Graças aos empenhos do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA, Robert Verhine, e da Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ, Maria das Graças Augusto, conseguimos fazer com que a CAPES aceitasse a alteração e, para isso, tive que assinar um compromisso, avalizado pelo Verhine e pela Augusto, de que meu tempo total para a conclusão do doutorado, contabilizado aquele já consumido com o mestrado, não superaria os quatro anos.

Ao longo do primeiro ano de ingresso ao doutorado concluí os créditos necessários e em fevereiro de 1997 já estava em condições de encaminhar ao Wilmar o texto completo da tese para sua apreciação, garantindo, sem quaisquer sobressaltos, o cumprimento do acordo com a CAPES. Oficialmente nunca concluí mestrado algum e fiquei apenas com o título de doutor, embora meu “abandono” do mestrado em filosofia fosse chancelado pela CAPES, pela UFBA e pela UFRJ. Na verdade, contudo, o texto da tese que foi levado à defesa, teve efetivamente como base o da pré-defesa do mestrado, porém suas modificações foram muito maiores do que aquelas que imaginaram fossem necessárias meus generosos examinadores. O projeto intitulado **Os Mercadores, o Templo e a Filosofia: Marx e a Religiosidade**, embora afunilasse para o pensamento de Marx, conforme indica seu subtítulo, tinha pretensões temáticas mais amplas e procurava situá-lo em um contexto muito maior. Em primeiro lugar, o problema da explicação da religiosidade tem dimensões muito profundas e amplas e atravessa o âmago da sociologia clássica, através de autores como Comte, Durkheim, Simmel, Weber e, é claro, o próprio Marx. A solução

simpplória, pretensamente marxista, de que a religião seria, para o ilustre renano, um mero epifenômeno ideológico, sobretudo pela descontextualização da assertiva da “religião como ópio do povo”, não resiste a um cotejo mais amplo com a própria letra do autor, notadamente em sua obra madura. Em segundo lugar, a promessa iluminista de superação da religião pelo esclarecimento, não se configurou, como pareceu demonstrar o recrudescimento dos “fundamentalismos” ao longo do Século XX (e neste começo de XXI) e, para Marx, legítimo herdeiro, embora ressabiado, da Ilustração, seu ideário só poderia se consumir com a implantação do comunismo. Destarte, como contraponto ao weberiano “desencantamento do mundo”, Marx parece haver demonstrado a emergência de um reencantamento fetichizado, através dos desdobramentos da forma valor (mercadoria, dinheiro e capital), ou “tríade fechoide” conforme minha tentativa de sintetizar este processo. A crítica da economia política supõe sua denúncia (da economia política) como uma espécie de religião laica do capitalismo, com seus preconceitos e dogmas⁵³. Tudo isso, entre tanto, supunha certa caracterização da religiosidade, sua relação com a filosofia e com o conhecimento. Por outro lado, era mister proceder a alguma reconstrução da própria obra de Marx, enfrentando certos temas polêmicos que permitissem contextualizar adequadamente sua concepção imanente sobre a questão da religiosidade. O núcleo central da argumentação, para não mencionar os vários problemas relevantes tangencialmente abordados, foi a apresentação da religiosidade como constitutiva, para Marx, das figuras pré-comunistas da socialidade humana, em oposição à versão epifenomênica apresentada por grande parte dos comentaristas à esteira da afirmação juvenil da religião como ópio do povo. Ademais, Marx parece antecipar a correlação weberiana entre protestantismo e capitalismo, sugerindo o cristianismo como a modalidade religiosa mais apropriada às sociedades mercantis, com o catolicismo mais conforme às formas mais atávicas e o protestantismo, sobretudo em suas versões puritanas, mais adequado ao capitalismo propriamente dito. Imperando no mundo prático, embora sensorialmente inapreensíveis, Deus e o valor parecem ser as duas faces de uma mesma realidade, na qual o processo de reprodução social se apresenta delegado a uma automaticidade cega, sem compromisso com a edificação de uma pauta racional que articule a satisfação das apetências e das aspirações da maioria da humanidade em um projeto viável.

53 Em seu texto precursor do grandioso projeto de crítica da economia política, Engels já se perguntava pelo fundamento da propriedade privada (Cf., Engels, “Esbozo de Crítica de la Economía Política”, in **Breves escritos Económicos** (Compilação), Trad. Roces, Wenceslao, México, Grijalbo, 1978, p. 10). O dogma do equilíbrio, que está apenas esboçado, com a *invisible hand* de Smith, atinge o paroxismo na sanha de desregulamentação dos neoclássicos...

A banca da defesa da tese esteve integrada por Luiz Bernardo Leite Araújo (UERJ), Roberto dos Santos Bartholo Jr (COPPE/UFRJ), Olinto Antonio Pegoraro (UFRJ/UERJ), Frnaklin Trein (UFRJ) e Wilmar do Valle Barbosa (orientador). Generosamente, como precaução contra qualquer contratempo, o suplente, Luigi Bordin (UFRJ), também esteve presente a todo o processo e, inclusive, assinou a ata, na qual se consignou a nota máxima e a recomendação para a publicação. No entanto, este desiderato de vê-la em livro ainda teria que esperar vários anos. Procedi a uma completa revisão da tese com vistas à publicação, retirei-lhe alguns academicismos e um apêndice que seria publicado em forma avulsa⁵⁴, e submeti o trabalho à editora da UFBA, a Edufba. Embora tenha obtido pareceres favoráveis o texto foi estranhamente recusado pelo seu Conselho Editorial, sob a alegação, pouco convincente para uma editora universitária, de seu pequeno apelo comercial. Aconselhado por colegas do Rio procurei a editora Uapê, da Leda Hühne, que havia publicado textos de autores ligados à SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas), porém ela me propôs que eu financiasse a publicação, com o que não concordei. Entrei em contato também com a Loyola, que inicialmente manifestou interesse pelo trabalho. Enviei-lhes o texto e depois de algum tempo recebi uma polida resposta do Padre Galache, sugerindo que meu trabalho não se adequava muito bem à linha editorial deles. Tomei o episódio como uma censura velada. Neste ínterim, estiveram na Bahia Osvaldo Giacoia Jr e Roberto Romano da Silva, que compuseram comigo a banca de um concurso para o Departamento de Filosofia. Em almoço ou jantar em minha casa, já não me lembro bem, o Roberto Romano folheou um exemplar da tese e me pediu uma cópia, que levou consigo. Algum tempo depois disse-me que havia gostado muito do trabalho e que queria me ajudar na busca por editor e me presenteou com uma apresentação bastante elogiosa que, efetivamente, foi incorporada ao livro quando de sua publicação. O Draiton Gonzaga de Souza da PUC-RS, a quem já conhecia de outras oportunidades, em visita a Salvador, levou um exemplar do meu trabalho para a Edipucrs, que mantinha uma extensa Coleção Filosofia em seu catálogo e o meu livro, com título homônimo ao da tese, figuraria como o n° 181. O texto foi revisado por Reinholdo Ullmann, quem também me brindou com os elegantes dizeres das contracapas e seu lançamento foi em setembro de 2004, na véspera de minha ida ao México, para passar alguns meses como pesquisador convidado da UNAM, depois de mais vinte anos sem retornar àquele país. No lançamento, que contou com a presença do Roberto Romano, a quem devo agradecer mais esta gentileza, que se

54 Sob o título de “A Criatura Criadora: Notas sobre o Tomismo e a Revolução Tecno-Científica” este apêndice revisado seria publicado como capítulo em Oliveira, Eduardo (Org.), **Filosofia Política e Teoria Social**, Feira de Santana, UEFS, 2001, pp. 205-237.

encontrava em Salvador, coincidentemente, atendendo a um convite para outro evento, foram vendidos todos os exemplares que me foram disponibilizados pela editora, só consegui ficar com um, que levei comigo para o México.

A Carreira Propriamente Dita

Após a defesa da tese, em 25 de julho de 1997, pude começar a exercitar uma cidadania acadêmica mais plena. Desde o início do retorno às atividades docentes que comecei a me articular com os colegas, inicialmente José Crisóstomo de Souza, então no exercício da Chefia do Departamento, e Nancy Mangabeira Unger, com o objetivo de que o Departamento de Filosofia da UFBA implantasse uma pós-graduação em filosofia. Depois agregaram-se outros colegas do Departamento a esta empreitada, como João Carlos Salles, que viria a cumprir um decisivo papel deste o início, à medida em que concluíam seus doutoramentos e contamos também com o apoio decidido de alguns colegas, com formação filosófica, que militavam em outros departamentos, como Monclar Valverde, Benjamim Picado e Wilson Gomes, da Faculdade de Comunicação. Àquela época, frente às deficiências da licenciatura em filosofia, um grupo de alunos começou a pressionar para que ativássemos o bacharelado, habilitação oficialmente prevista, porém sem funcionamento. A principal novidade do bacharelado seria a inclusão da obrigatoriedade da defesa de uma monografia como trabalho final de conclusão do curso e, com ela, a implantação da pesquisa filosófica, até então desconsiderada, em nossa grade curricular. À defesa da monografia antecederiam algumas disciplinas preparatórias focadas na pesquisa. Este movimento teve uma grande importância no interior do Departamento de Filosofia e, paulatinamente, levou a que a pesquisa filosófica saísse da marginalidade em que se encontrava e fosse guindada à condição de protagonismo que hoje ostenta. Com a missão de implantar o bacharelado, coadjuvando Crisóstomo na Chefia do Departamento, aceitei o encargo de assumir a Coordenação do Colegiado da graduação, na qual permaneci de

março de 1998, a fevereiro de 2000. Aos poucos a experiência do bacharelado foi estendida e, posteriormente, o Departamento instituiu uma Comissão, da qual também fiz parte, com o objetivo de proceder a uma ampla reformulação curricular e, no bojo dela, a obrigatoriedade da monografia final foi universalizada, compreendendo também a licenciatura. Se, no início, o bacharelado era um curso muito melhor do que a licenciatura, a partir da implantação da reforma curricular ambos os cursos se tornaram equivalentes.

Nesta conjuntura foi também criada a revista discente **Argumento**, inicialmente publicada sob a batuta de Crisóstomo, seu mentor, depois por Waldomiro Silva Filho e, por um longo tempo, por mim. A referida revista, com mais de 15 anos de existência, continua viva, fato raro em nosso meio, agora acolhida de maneira institucionalmente mais sólida, através do PET – Filosofia. Este despontar da pesquisa filosófica em nosso âmbito culminou com a criação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, inicialmente com um curso de mestrado, que começou a funcionar em 2001. Participei do Programa desde o início, integrando a linha de pesquisa em Filosofia e Teoria Social. Fui, por diversas vezes, membro do seu Colegiado e integrei também várias comissões de seleção, inclusive a primeira e fui o Vice na gestão de implantação, coordenada por João Carlos Salles, atualmente Reitor da UFBA. Estive também como Coordenador do PPGF, inicialmente como Vice em exercício, em virtude da eleição de João Carlos Salles para a Direção da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e, em seguida, a partir de agosto de 2009, eleito, permanecendo no cargo até janeiro de 2012. Tocou-me implantar o curso de Doutorado em Filosofia e em condições bastante adversas, porque não contei, por mais de um ano, com funcionário responsável pela Secretaria do Programa. Apesar disso, nossa nota na avaliação da CAPES melhorou e passamos de 4, para 5. No âmbito institucional, estive ainda por duas vezes como Chefe do Departamento de Filosofia: a primeira vez, por um curto período, de março a setembro de 2007 e, da segunda vez, mais recentemente, de junho de 2012 a maio de 2014.

Foram relevantes, do ponto de vista acadêmico, minhas primeiras participações nos encontros nacionais de filosofia organizados pela ANPOF. Na primeira delas, ocorrida no VIII Encontro Nacional, realizado em Caxambu, de 25 a 30 de setembro de 1998, expus uma comunicação intitulada “O Mundo Encantado dos Energúmenos do Capital: Marx e os Avatares da Laicização Fetichizada”⁵⁵. José Sotero Caio,

55 Marx afirma que os capitalistas são o capital encarnado, “ou capital personificado, dotado de vontade e consciência” (Marx, **O Capital**, Trad. Kothe, Flávio e Barbosa, Regis, São Paulo, Abril Cultural, 1983, Livro I, Vol. 1, p. 129), vale dizer, são possuídos pelo capital, daí a expressão jocosa “energúmenos do capital” para designá-los. Este texto seria depois publicado, em ver-

veterano professor do IFCS, do qual não fora aluno antes de ir ao México porque não chegara a ali cursar a disciplina filosofia contemporânea, por ele ministrada, na graduação, assistiu minha apresentação, instado por Luigi Bordin, com quem sempre mantive um bom contato enquanto estive como aluno na pós-graduação em filosofia. Sotero, ligado à Igreja Católica, mesmo depois do abandono da batina, manteve-se como um ativo adepto da filosofia da libertação e, com uma postura teórica muito simpática ao marxismo, acolheu muito bem meu trabalho. Pessoa de convívio extraordinariamente agradável, através dele entrei em contato com alguns colegas que haviam sido seus discípulos e com os quais mantive sempre fecunda e fraternal colaboração, notadamente com Cecília Pinto Pires, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, e Antônio Rufino Vieira, da Universidade Federal da Paraíba. Quando foram criados os GTs da ANPOF, na gestão da Marilena Chauí, ingressei, a convite de Crisóstomo, no GT coordenado por Marcos Lutz Müller, de vida mais efêmera, cujo extenso nome era Matrizes Hegelianas da Crítica Filosófica da Modernidade, no qual, certamente, como o próprio nome indicava, havia espaço para discussões acerca de Marx e, também, no GT Ética e Cidadania, informalmente liderado pelo Sotero. O perfil deste último GT abarcava o pensamento latino-americano, a filosofia da libertação, o multiculturalismo, questões de gênero, direitos humanos e, claro, havia também espaço para o marxismo. Este grupo sempre foi muito ativo e se reunia amiúde e produziu várias publicações, dentre as quais cheguei a participar em algumas delas⁵⁶.

.....
são revisada, em Moura, M.C.B, “O Mundo Encantado dos Energúmenos do Capital: Marx e os Avatares da Laicização Fetichizada”, in *Ideação* n° 4, Feira de Santana, UEFS, julho de 1999, pp. 141-168 e pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://pdf.thepdfportal.net/PDFFiles/391268.pdf>

56 Como resultado de um Encontro do GT realizado no Recife publiquei o artigo intitulado “Considerações Acerca do Fetichismo do Capital”, in *Perspectiva Filosófica* n° 17, Recife, UFPE, 2002, pp. 147-155. Em homenagem aos setenta anos de José Sotero Caio, publicou-se um livro onde contribuí com o capítulo intitulado “Materialismo e Família”, in Pires, Cecília (org.), **Vozes Silenciadas: Ensaios de Ética e Filosofia Política**, Ijuí, Unijuí, 2003, pp. 177-190. De um Encontro realizado pelo GT em São Leopoldo publiquei o artigo intitulado “Capital e Barbárie”, in *Filosofia Unisinos* n° 9, São Leopoldo, Unisinos, 2004, pp. 209-221, que pode ser encontrado no seguinte endereço: http://www.ppgf.ufba.br/producao/capital_e_barbarie.pdf. Houve ainda a publicação de um livro em homenagem a Cecília Pires para o qual contribuí com a tradução de um artigo homônimo originalmente publicado em espanhol no México e intitulado “Sobre o Problema do Sentido”, in Kuiava, Evaldo e Bonfanti, Janete, **Ética, Política e Subjetividade: Homenagem a Cecília Pires**, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2009, pp. 127-132.

Neste VIII Encontro Nacional de 1998 também tive o prazer de conhecer o João Quartim de Moraes, através de uma saudação que lhe enviara Ubirajara Rebouças, seu amigo desde o exílio parisiense e de quem me tornaria amigo, também. O Quartim é um pesquisador de interesses variados, com uma produção intelectual e uma participação política muito ativas, mesmo depois da aposentadoria. Embora professor de filosofia antiga, sempre incursionou com rigor e tino por outros domínios, como o da tradição marxista, da história do Brasil e pela filosofia materialista, notadamente o evolucionismo. Polemista agudo, embora muito influenciado pelo pensamento althusseriano, guarda, no entanto, um estimulante distanciamento crítico que lhe garante que sua filiação seja aberta a outras influências, o que torna sempre fecundo o diálogo, inclusive quando dele se discorda. Através do Quartim me aproximei da revista **Crítica Marxista**, na qual publiquei um artigo que, até hoje, alcança alguma ressonância intitulado “Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx”⁵⁷. Neste texto, que se baseou, sobretudo, no Capítulo IV, “Sobre a Riqueza”, de minha tese de doutoramento, procurei mostrar que, apesar dos flagrantes contrastes entre a obra juvenil e a madura de Marx, há também alguma continuidade no âmbito do grandioso projeto de crítica da economia política, que se inicia com os **Manuscritos de 1844**, ou melhor, que começa, de fato, com o texto de Engels publicado nos **Anais Franco-Alemães**⁵⁸, e se prolonga inacabado até a morte de Marx, em 1883. Embora esta proposta contrariasse, em certa medida, a tese de Althusser acerca da “ruptura” entre as obras juvenis e da maturidade, não encontrei qualquer restrição ao meu artigo, que, aliás, seria publicado em seguida a um texto do próprio Althusser. Na opinião de muitos, e na minha também, esta é a melhor publicação marxista do Brasil e, certamente, uma das melhores do mundo, ademais ostenta uma longevidade incomum nestas e em outras latitudes. Muitos anos depois, a partir de 2011, passei a integrar seu Comitê Editorial, que é o responsável pela publicação da própria revista e minha tendência futura é a de dedicar um tempo maior à revista.

Tornei-me, também, um assíduo frequentador, desde sua primeira edição, em 1999, dos colóquios internacionais Marx e Engels promovidos pelo Centro de Estudos Marxistas – Cemarx da Unicamp. Ademais dos resumos das comunicações apresentadas publiquei, através do Cemarx, os textos intitulados “A Panaceia

57 **Crítica Marxista** n° 9, São Paulo, Xamã, novembro de 1999, pp. 52-78. Pode ser encontrado no seguinte endereço: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo60Artigo2.pdf

58 Refiro-me ao “Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie”.

Tecnológica e a Perspectiva do Valor de Uso”⁵⁹, “Marx e a Procriação: Por um Materialismo Não-Economicista”⁶⁰ e “Karl Marx e os Paradoxos da Riqueza Abstrata”⁶¹. No primeiro deles tratei de mostrar, muito sumariamente, que o permanente e reiterado encomio ao produtivismo subjacente na modernidade e que se expressa em certos dogmas acolhidos pela economia política, como o da propensão ilimitada ao consumo, está fundado na primazia acachapante que adquire a riqueza abstrata no capitalismo. Ao adotar o contraponto da perspectiva do valor de uso (da utilidade ou riqueza concreta), daí as remissões a Aristóteles, Marx pôde iluminar a transitoriedade da socialidade burguesa. Se a utilidade está no plano da finitude, só o consumo produtivo (ou o próprio Deus, onipotente, onisciente e onipresente) pode tender à ilimitação, jamais indivíduos humanos... No segundo, trato de mostrar que um materialismo consequente não se poderia fundamentar apenas no exame da produção dos meios de vida necessários à existência humana e teria que escudrinhar também a produção de indivíduos, imprescindível à perpetuação das sociedades humanas. Este tema já havia sido, *en passant*, abordado na tese de doutoramento. Aliás, a discussão acerca dos conceitos de “produção” e “reprodução” já constava, inclusive, da “tese” de graduação, porém foram tratados de maneira melhor alinhavada, primeiramente, em meu artigo intitulado “Para uma Teoria da Cultura”⁶². Ali também apresentava a ideia de que as portas heurísticas para o exame de quaisquer formas sociais seriam o que denominei “formas puras da socialidade”, ou seja, o processo

59 **Cadernos do Cemarx** n° 2, Vol.1, Campinas, Unicamp, 2005, pp. 59-64. Este texto pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1295>

60 Capítulo da obra coletiva Galvão, Andréia (Org.), **Marxismo, Capitalismo, Socialismo**, São Paulo, IFCH-Unicamp/Xamã, 2008, pp. 241-253. Este texto pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m5c5.pdf>

61 Este escrito foi apresentado, em Campinas no VII Colóquio Internacional Marx e Engels realizado em 2012 e pode ser encontrado, na íntegra, no seguinte endereço: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6824_De%20Moura_Mauro.pdf
Há, ademais, uma versão castelhana intitulada “Karl Marx y la Paradoja de la Riqueza Abstrata” publicada nas **Actas del 1º Congreso de la Sociedad Filosófica del Uruguay**, Montevideu, Sociedad Filosófica del Uruguay, 2012, pp. 755-762.

62 Moura, MCB, “Para uma Teoria da Cultura”, in **Novos Rumos** n° 35, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira/Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos, 2001, pp. 35-46. Este artigo, que foi escrito a pedido de Marcos Del Roio, um dos responsáveis pela revista, pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2219>

de reprodução social (pensado como produção reiterada) só seria concebível através da garantia do suprimento dos meios de vida indispensáveis à subsistência humana e da garantia da produção de novos indivíduos humanos em escala compatível com a perpetuação da sociedade (configurando ambas o que poderia ser designado como um “materialismo heurístico”). As condições de possibilidade de existência das sociedades humanas compreenderiam primariamente, portanto, além da garantia do suprimento dos meios de vida, conforme sempre salientou a tradição marxista em sua ênfase no “fator econômico”, mas também a procriação, mencionada por Marx e Engels, porém sem o mesmo exame atilado. Neste artigo sustento, ainda, a ideia de que um exame mais acurado da procriação apontaria diretamente para uma teoria materialista das formas da cultura. Em “Marx e a Procriação” trato de explorar melhor o fato (também tratado em “Materialismo e Família”⁶³) de que a mercadoria força de trabalho, crucial para o processo de valorização, não é diretamente produzida como mercadoria, mas sim em uma esfera extramercantil (em estruturas que usualmente chamamos de família, embora assuma diferentes configurações históricas) e se converte em mercadoria posteriormente. Provavelmente por encarar o processo de reprodução capitalista do ponto de vista do capital, Marx não examinou detidamente o processo de produção da força de trabalho, ou seja, a procriação (que foge à delimitação do capital, posto que se realiza através de uma estrutura, conforme mencionado, precipuamente extramercantil), limitou-se, sobretudo, ao processo de manutenção desta mercadoria, através do cálculo do valor da força de trabalho, etc. Embora esta tarefa tenha ficado para as gerações posteriores, a simples menção da importância da procriação já é suficiente para desautorizar as interpretações abertamente economicistas.

No terceiro artigo, trato de salientar o fato de que a riqueza precipuamente burguesa, vale dizer, o capital, é uma riqueza abstrata. Marx, por se dedicar à crítica da economia política, esteve, em certa medida, prisioneiro de seu próprio vocabulário. Embora assumisse a forma valor em acepção diferente da de Adam Smith, pois os atributos da utilidade e da permutabilidade não emanam do valor, mas, como em Aristóteles (onde a sandália serve para calçar e para trocar), da forma mercadoria, Marx manteve preferencialmente as expressões “valor de uso” e “valor de troca”, das quais parte. No entanto, sempre empregou também as expressões sucedâneas de “riqueza concreta” para designar o atributo da utilidade e “riqueza abstrata” para a permutabilidade ou valor. Esta forma da riqueza, enquanto objetiva e extrassensorial, é natural e crescentemente enigmática em sua manifestação na “tríade fetichoide”

63 *Vide* nota 55.

(mercadoria, dinheiro e capital), e se determina, como preço, na quantidade da mercadoria-dinheiro ou, em sua forma convencional, a moeda. No redundante “valor que se valoriza” (forma capital) e que tende permanentemente a uma maior autonomização, enquanto “sujeito automático da sociedade burguesa”, há um crescente descompromisso da riqueza abstrata com relação à concreta, que é aquela que satisfaz à concupiscência humana, e esta hipertrofia da riqueza abstrata termina por desembocar na riqueza fictícia, que já não é mais nem cristalização de trabalho abstrato. E este não é um defeito fortuito e recente do processo de acumulação, mas é o fruto de seu desenvolvimento natural, pois Marx já o havia examinado (em pleno Século XIX) de maneira, infelizmente, fragmentária, na Seção V do Livro III. As ameaças a um processo de reprodução social pautado desta forma se apresentam gigantescas e o *slogan* “socialismo ou barbárie” parece hoje mais atual do que nunca...

Por iniciativa do Pedro Leão da Costa Neto, da Universidade Tuiuti do Paraná, articulou-se um grupo de professores, liderados pelo Quartim, que se decidiu pela criação do GT Marxismo na ANPOF. Embora estivesse afastado à época (2004), realizando um estágio como pesquisador visitante na UNAM, a convite de Zuraya Monroy Nasr, incorporei-me logo ao novo GT, mesmo sem que estivesse desconfortável no Ética e Cidadania, mas em virtude de minhas naturais afinidades e, também, porque me parecia importante abrir um espaço adicional para dar visibilidade e cidadania plena ao marxismo. O Quartim, que continua como uma referência natural do GT, coordenou-o durante vários anos e teria permanecido na função, para regozijo de todos, não fora pelo acúmulo de outros afazeres que o levaram a pleitear o rodízio e desde o XIV Encontro Nacional, realizado em Águas de Lindoia, em 2010, que venho coordenando o GT Marxismo. A partir do XV Encontro, realizado em Curitiba, em 2012, vimos nos articulando com o GT Marx e a Tradição Dialética com o objetivo de promovermos eventos conjuntos nos anos intercalados aos dos encontros nacionais da ANPOF. Ademais, sempre tratamos, nestes encontros, de que os horários das programações não coincidam, para que sempre possamos participar das apresentações de ambos GTs.

Algumas parcerias acadêmicas, ainda não mencionadas, também merecem destaque. Desde que fui convidado, em 1997, para participar da banca de um concurso para professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, que passaria a manter um processo de colaboração mais ou menos estreito, sobretudo através de Antônio Carlos dos Santos. Especialista em filosofia moderna, Antônio Carlos é um empreendedor particularmente produtivo e qualificado. Sempre esteve ativamente presente em todas as parcerias havidas com os colegas de Sergipe. Foi professor colaborador desde o começo do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFBA e organizou muitos eventos para os quais concorreram seus colegas da

Bahia. Dentre as publicações oriundas destes eventos participei com os seguintes textos: “Marx e o ‘Materialismo Histórico’”⁶⁴, onde trato de mostrar que, a despeito de certa tradição, Marx é infenso a uma interpretação determinista da história e “Marx e a Religião Laica do Capitalismo”⁶⁵, onde sustento a ideia de que o capitalismo funcionaria, muito *grosso modo*, como se fora uma religião laica da sociedade burguesa e a economia política teria certos rasgos de teologia legitimadora. Outra parceria importante tem sido com os colegas da Universidade Federal de Uberlândia, sobretudo através de Ana Maria Said, com a qual publiquei, em livro por ela organizado, o texto intitulado “Marx e o Desvelamento da Riqueza Burguesa”⁶⁶, no qual destaco o caráter enigmático da riqueza burguesa, abstrata ou fictícia, daí a necessidade de proceder à crítica da economia política. Maria Socorro Militão, como Ana Maria, também especialista na obra de Gramsci, fez comigo um estágio de pós-doutoramento em 2014/2015 centrado no estudo d’**O Capital** de Marx. Alexandre Soares, atual Diretor do Instituto de Filosofia, tem sido sempre um estimulador desta parceria. Ministrei em 2014, em Uberlândia, um minicurso de “Introdução à Leitura de ‘O Capital’ de Marx”. Já havia apresentado versão parecida deste curso em 2010, em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba, a convite de Maria Aparecida Ramos Meneses, extraordinária lutadora no campo do Serviço Social e atualmente Secretária de Desenvolvimento Humano e Trabalho do Estado da Paraíba, e tornei a ministrá-lo, em 2015, na Universidade Estadual de Feira de Santana.

Minha parceria com historiadores também tem sido muito fecunda. Com Marcos Del Roio, da Unesp-Marília, publiquei (além do artigo mencionado na nota 62) o texto intitulado “O Lugar do Oriente em Marx e a Concepção Staliniana dos ‘Cinco Estágios’”, onde examino o expurgo do “modo de produção asiático”⁶⁷ na reconstrução da história proposta por Stalin. Com Jorge Nóvoa, também professor da FFCH-UFBA, publiquei em **O Olho da História** nº 11, de dezembro de 2008, revista por ele dirigida, o artigo intitulado “Cidadão Kane: a Saga do Milionário Desditado e os Paradoxos da Riqueza Burguesa”⁶⁸, onde trato de assinalar a confusão

64 Santos, Antônio Carlos (Org.), **História, Pensamento e Ação**, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2006, pp. 363-371.

65 Santos, Antônio Carlos (Org.), **Entre a Cruz e a Espada: Reflexões Filosóficas sobre a Religião e a Política**, São Cristóvão, 2010, pp. 275-294.

66 Said, Ana Maria (Org.), **Pensar a Sociedade Contemporânea: A Atualidade do Pensamento de Marx e Gramsci**, Uberlândia, Edufu, 2014, pp. 71-91.

67 Del Roio, Marcos (Org.), **Marxismo e Oriente: Quando as Periferias Tornam-se os Centros**, São Paulo/Marília, Ícone/Oficina Universitária da FFC-Unesp-Marília, 2008, pp. 69-89.

68 O referido artigo pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://oolhodahistoria.org/n11/>

do personagem do filme de Orson Welles entre a perenidade da riqueza abstrata e a finitude da vida ordinária. Publiquei, também, em livro organizado por Nóvoa e do qual participaram vários autores franceses, inclusive o Michael Löwy, que, embora brasileiro, está há muito radicado na França, o texto intitulado “Marx e o Determinismo”⁶⁹, onde trato de defender a tese de que Marx não é um determinista *stricto sensu*. Merece registro o fato de que, diante da provocação de Paulo Roberto Almeida, do Conselho Editorial da Revista Espaço Acadêmico que, a pretexto de resenhar o livro **Incontornável Marx** afirmou que a obra valia menos que uma pizza e, ante a demora em que alguém lhe desse uma resposta à altura do agravo, decidi escrever o artigo intitulado “Não li e não gostei!: Espaço Acadêmico abriu suas páginas ao vitupério e à apologia do obscurantismo”⁷⁰, onde, entre outras coisas, rebato a ideia de que o pensamento de Marx estivesse caindo no esquecimento. Com Muniz Ferreira, antes professor do Departamento de História da UFBA e agora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e Ricardo Moreno, da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, organizamos, em 2005, um colóquio sobre Friedrich Engels, do qual resultou a publicação de um livro, por nós organizado, intitulado **Friedrich Engels e a Ciência Contemporânea** e que contou com um texto por mim escrito sob o título de “Engels e o Projeto de Crítica da Economia Política”⁷¹, onde trato de situar a complexa relação de parceria entre Marx e Engels, bem como de ressaltar a importância do próprio legado de Engels como pensador original. Muniz Ferreira e Ricardo Moreno, juntamente com Milton Pinheiro (Uneb), organizaram também um simpósio sobre Marx do qual resultou um livro no qual colaborei com um texto intitulado “Marx Filósofo”⁷². Neste texto, cuja versão original foi apresentada no Salão Nobre da Reitoria da Universidade Federal de Sergipe, na aula inaugural do ano letivo de 2003, que foi proferida em comemoração aos dez anos de reinstalação do Curso de Filosofia daquela universidade, tratei de defender a tese de que, embora fosse mais conhecido por seus contemporâneos como jornalista e polemista e seus trabalhos científicos versassem, sobretudo, sobre economia, Marx poderia legitimamente ser

.....
 sumario.php

69 Nóvoa, Jorge (Org.), **Incontornável Marx**, Salvador/São Paulo, Edufba/Unesp, 2007, pp. 389-398.

70 <http://www.espacoacademico.com.br/085/85moura.htm>

71 Moura, CBM (Org.), Ferreira, Muniz (Org.) e Moreno, Ricardo (Org.), **Friedrich Engels e a Ciência Contemporânea**, Salvador, Edufba, 2007, pp. 53-63.

72 Pinheiro, Milton (Org.), Ferreira, Muniz (Org.) e Moreno, Ricardo (Org.), **Marx: Intérprete da Contemporaneidade**, Salvador, Quarteto, 2009, pp. 11-22.

considerado como um “filósofo” e não apenas por sua tese de doutoramento sobre as diferenças entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro. Seu projeto de crítica da economia política é eminentemente filosófico e não pretende instaurar uma economia positiva, mas, entre outras coisas, decifrar o enigma da riqueza abstrata.

Com os colegas do Departamento de Filosofia as parcerias foram muitas e permanentes e envolveram, desde as inúmeras bancas de conclusão de curso, na graduação e na pós-graduação, até a edificação de um projeto comum, como já foi mencionado, de implantação da pesquisa filosófica nos diversos níveis e que culminou com a criação e consolidação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Este projeto envolveu também o esforço conjunto que levou à criação do PET- Filosofia e que exemplifica bem o *esprit de corps* que se forjou, pois não conseguimos de imediato cumprir este desiderato e tivemos que perseverar nesta direção. Ao longo de quase duas décadas construímos um Departamento que migrou da mera prestação de serviços para toda a Universidade, sem um caráter filosófico bem definido, para um Departamento com um perfil filosófico *stricto sensu* e que manteve sua articulação com o restante da instituição, porém agora em um novo patamar, no qual a pesquisa filosófica adquiriu plena cidadania. Neste cenário era natural que as parcerias ocorressem, mesmo entre colegas com interesses filosóficos muito diversos. Com João Carlos Salles, que foi a liderança que emergiu no bojo deste processo e que passou a nos representar no âmbito da comunidade filosófica nacional e internacional (como presidente da ANPOF, Adjunto da Coordenação de área da CAPES e presidente da Sociedade Interamericana de Filosofia), mas também no interior da própria UFBA, primeiro como Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, posto a que o Departamento não ascendia desde Ubirajara Rebouças, até a expressiva eleição como Reitor e, como não poderia deixar de ser, desenvolvi uma parceria múltipla com ele na edificação deste projeto. As naturais diferenças havidas entre nós anteriormente, e que sempre tiveram como limite nosso projeto comum de afirmação da cidadania filosófica, dissiparam-se completamente. Na verdade, a própria ocupação por mim dos cargos de Coordenador do PPGF e de Chefe do Departamento, aos quais pessoalmente não pleiteava, foram coadjuvantes da presença de João Carlos na Direção de FFCH, onde efetivamente propiciou uma transformação tão profunda e evidente que o credenciaram sobejamente à Reitoria da UFBA. Em homenagem póstuma a Ubirajara Rebouças, João Carlos organizou um livro, no qual contribuí com um capítulo intitulado “Materialismo e Cultura: Para além da Metáfora Construtivista da Superestrutura”⁷³, no qual trato de apresentar um sucedâneo ao esquematismo

73 Salles, João Carlos (Org.), **Filosofia e Consciência Social**, Salvador, Quarteto, 2003, pp. 295-307.

estranque e reducionista com o qual se costuma interpretar a metáfora construtivista da *Überbau* e, para isso, contextualizo o **Prefácio de 1859** em relação aos **Grundrisse** e a **O Capital**.

Na coletânea organizada por Daniel Peres, contribuí com um capítulo intitulado “Sombras do Iluminismo: Desigualdade e Moral do Interesse”⁷⁴, no qual trato de mostrar que a Modernidade, tanto num viés reformado, quanto na perspectiva laica, tende a coonestar uma moral que fundamenta a desigualdade. Com Waldomiro da Silva Filho sempre mantive algum grau de parceria, em alguns momentos mais ativa e, em outros, apenas latente, porém sempre dispostos a algum diálogo, embora trabalhemos desde perspectivas muito diferentes. Muito laborioso, Waldomiro sempre está caraminhando a realização de algum evento ou a organização de alguma publicação. Em três livros por ele organizados compareci com capítulos: “Popper e a Epistemologia das Ciências Sociais”⁷⁵, “Marx e a Apoteose da Razão Crepuscular”⁷⁶, no qual proponho que, qual o voo da Coruja de Minerva, a crítica de Marx também nasce vislumbrando o ocaso da sociedade burguesa e, por isso, configura-se como uma razão crepuscular, e, “Marx e o Ceticismo”⁷⁷, onde proponho a tese, no mínimo, pouco ortodoxa, de que há pontos de convergência entre Marx e o ceticismo. Instado por Waldomiro a participar de um colóquio realizado em Salvador pelos colegas do GT Ceticismo, lembrei-me da entrevista que a filha de Marx, Laura Lafargue, fizera, juntamente com a irmã mais velha, submetendo o pai a um conjunto de perguntas, numa espécie de folguedo das moçoilas londrinas da época. Esta entrevista foi publicada por David Riazanov, numa tentativa de apresentar um semblante mais humano de Marx, marcado por uma imagem pública demasiado fria e cerebral. Em meio a respostas relativamente triviais, como a preferência pela cor vermelha, ou a predileção pelo nome das filhas que o interrogavam, Laura e Jenny, etc., a entrevista culmina como a pergunta sobre seu lema favorito e a surpreendente resposta de Marx: “*De omnibus dubitandum*”. Tratei de mostrar que, apesar do clima de descontração da resposta, não se deve desdenhá-la completamente, sobretudo porque está bem articulada ao conjunto do pensamento do autor. Embora estranho à confraria

74 Peres, Daniel (Org.), **Justiça, Virtude e Democracia**, Salvador, Quarteto, 2006, pp. 259-271.

75 Silva Filho, Waldomiro (Org.), **Epistemologia e Ensino de Ciências**, Salvador, Arcádia, 2002, pp. 113-144. Este texto, adotado regularmente como material para discussão por colegas no México, foi traduzido para o espanhol (*Vide* nota 18).

76 Silva Filho, Waldomiro (Org.) e Rouanet, Luiz (Org.), **Razão Mínima**, Salvador/São Paulo, Arcádia/Unimarco, 2004, pp. 89-101.

77 Silva Filho, Waldomiro (Org.) e Smith, Plínio (Org.), **Ensaio sobre o Ceticismo**, São Paulo, Alameda, 2007, pp. 173-194.

cética, minha apresentação foi muito bem acolhida, sobretudo pela elegante generosidade de Oswaldo Porchat.

Genildo Ferreira da Silva, dentre outras muitas qualidades, tem uma particular habilidade organizativa. Foi um extraordinário tutor do PET – Filosofia, associando o rigor na exigência de bom desempenho dos alunos, com um trato camarada e uma grande capacidade de delegar responsabilidades, fazendo com que os participantes amadurecessem e crescessem no desempenho das tarefas e atividades. Esta boa sintonia para captar a frequência em que se movem os jovens vem acompanhada de uma grande desenvoltura para a resolução dos inúmeros problemas de ordem prática que podem ocorrer na organização de eventos e o tornam o parceiro ideal para compartilhar estas atividades. Colaborei com ele na organização do V Colóquio Nacional de Filosofia da História, em 2009, e no I Simpósio Internacional de Filosofia da Economia, em 2011. Parte das comunicações do primeiro evento foram organizadas por Genildo sob a forma de livro, que contou com a participação de um capítulo de minha autoria intitulado “Usos e Abusos no Emprego do Conceito de ‘Modo de Produção’”⁷⁸, no qual, como já foi mencionado, examinei certas dificuldades do conceito de “modo de produção”, sobretudo com relação a seu emprego no exame da realidade latino-americana e, em particular, na historiografia brasileira. Do segundo evento resultou um livro por nós organizado, com a colaboração, ademais, de Luiz Filgueiras, da Faculdade de Economia, intitulado **Perspectivas em Filosofia da Economia** (Salvador, Edufba, 2012)⁷⁹. Genildo publicou ainda meu texto intitulado “Acerca da Crítica da Propriedade Privada em Rousseau e Marx” em coletânea por ele organizada⁸⁰, no qual trato de assinalar que Rousseau, precursor de Marx, identificava na propriedade privada, entendida como relação social, o fulcro das mazelas da desigualdade entre os homens.

Com José Crisóstomo de Souza desenvolvi uma parceria acadêmica que, embora não se manifestasse diretamente em publicações ou eventos, não deixou de ser muito significativa. Ainda no início da década de 90 Crisóstomo foi um leitor atento de meu projeto para o ingresso na pós-graduação e, além das sugestões atiladas, contribuiu, com seus comentários, para me infundir uma maior confiança quanto à qualidade do projeto, minimizando um pouco os efeitos da solidão intelectual que se sente em momentos como este. Em meu retorno do afastamento militamos solidariamente pela implantação da pesquisa filosófica em nossa grade curricular, num

78 Silva, Genildo (Org.), **História e Civilização**, Salvador, Edufba, 2011, pp. 151-168.

79 A apresentação do livro foi redigida por Genildo e por mim.

80 Silva, Genildo (Org.), **Rousseau e o Iluminismo**, Salvador, Arcádia, 2009, pp. 169-179.

processo, à época, designado através de um neologismo: a “bacharelização”. Mantivemos sempre um permanente diálogo, inclusive alimentado por polêmicas públicas, que o tornaram mais interessante e fecundo. Exemplo disso foi a mesa redonda que compusemos no I Encontro de São Lázaro, em 2010, sugestivamente intitulada de “Marx contra Marx”. Tratava-se de confrontar duas visões sobre a obra de Marx, a “minha” e a “dele”. Como era de se esperar, foi boa a presença de público, que se manteve sempre presente, mesmo depois que se desvaneceu a expectativa de um confronto virulento e que se sedimentou entre os presentes a certeza, ao longo do desenrolar dos debates, de que a apaixonada eloquência expositiva jamais suplantara a cordialidade prevalecente, ao ponto de que, à falta de alguém que moderasse o debate, nos “moderamos” reciprocamente... Mais recentemente, em 23 de maio de 2013, fizemos o lançamento público de um amplo projeto conjunto, sobre o qual tenho as melhores expectativas, e que envolve, além de mim e Crisóstomo, Genildo e João Carlos, bem como nossos respectivos grupos de pesquisa, intitulado **Teoria do Brasil**. Neste projeto de longo prazo pretendemos fomentar a discussão filosófica (mesmo quando centrada em autores com diversas formações e enfoques) sobre o Brasil, nos âmbitos da pesquisa, do ensino e da extensão.

No que diz respeito ao intercâmbio internacional, além dos estreitos contatos com colegas mexicanos, sobretudo da UNAM e da UAM, e da França, onde fiz um pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (2007-2008), sob a supervisão de Michael Löwy e apoio o Seminário “*Marx au XXIe Siècle*” de Jean Salem⁸¹, participei de eventos no Chile, Argentina, Uruguai e Cuba. Com relação a este último país, fiz parte de uma comissão de professores da UFBA, integrada por Crisóstomo, Genildo e Pedro Lino de Carvalho Jr. (da Faculdade de Direito e aluno do nosso doutorado) que, em janeiro de 2014, percorreu diversas instituições cubanas em busca de parcerias. Em Havana mantivemos contato com Thalía Fung, presidente da Associação Cubana de Filosofia em nome do Presidente da SIF, João Carlos Salles, e visitamos o Instituto de Filosofia e a Universidade de Havana. Estivemos também em Santa Clara, na Universidade Central Marta Abreu de Las Villas, em Sancti Spiritus, na Universidade de Sancti Spiritus e em Santiago de Cuba, na Universidade de Oriente. Na Argentina, além da *Universidad Nacional del Comahue*, em Neuquén, na Patagônia, venho tratando de estabelecer parcerias com colegas estudiosos da obra de Marx da Universidade de Buenos Aires e da *Universidad Nacional de La Plata*. São promissores também os contatos com colegas do Uruguai, da

81 A convite do próprio Salem integro o *Comité de parrainage* do Seminário que é realizado, há vários anos, na Sorbonne, cujo endereço é: http://jeansalem.fr/fr_FR/seminaires/marx-au-xxie-siecle/parrainages/

Universidad de La República, na qual Mario H. Otero deixou um importante legado, e dos *Institutos Normales de Montevideo*, onde, inclusive, proferi uma conferência⁸² (em 30 de outubro de 2012) a convite de sua diretora Cristina Hernández.

Last but not least, caberia uma menção aos discentes por mim orientados, com os quais, certamente, meu aprendizado terá sido maior do que meus eventuais ensinamentos. Já se contam às dezenas as orientações concluídas entre iniciações científicas, graduações e mestrados. Alguns dos quais militam em universidades públicas como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade Estadual de Santa Cruz e a Universidade Estadual de Feira de Santana. Os temas atravessaram não apenas a obra de Marx, mas compreenderam alguns marxistas como Pachukanis ou Marcuse e autores como Aristóteles, La Boétie, Hobbes, Rousseau, Ortega y Gasset e Rorty. Meus três orientandos de doutorado, um já qualificado, têm seus trabalhos bem encaminhados e todos deverão defender suas teses ao longo de 2016. O Grupo de Pesquisa “Marx no Século XXI”, por mim liderado e oficialmente registrado no diretório do CNPq desde 2000, reúne-se regularmente com as presenças de alunos de graduação, mestrado, doutorado e, também, de colegas. Atualmente desenvolvo o projeto de pesquisa intitulado **Aporias da Dialética Materialista: Dificuldades e Possibilidades de uma Leitura Contemporânea**, cujo resumo é o seguinte:

A mera expressão “materialismo dialético” já entranha conspíquas dificuldades. Pierre Macherey afirma, no verbete de idêntica designação, que: “[...] a dialética que, segundo seu conteúdo racional, vem apresentada como um método de conhecimento, deve ser também a expressão, em seu princípio material, da realidade em si mesma”⁸³. O problema se amplia, no entanto, quando dela são desglosadas as três “leis” da “dialética”: o “salto da quantidade em qualidade”, a “negação da negação” e a “identidade dos contrários”. Este esquematismo, que recende a uma metafísica pouco atilada, teve uma fortuna teórica e prática nem sempre muito auspiciosa. Não obstante, em outras circunstâncias, também serviu como um bom antídoto a uma causalidade reducionista e linear. A perspectiva de apreender a realidade como um processo, embora de um modo despojado da pretensão de abarcar tudo com uma fórmula demasiado singela, talvez possa resultar fecunda e o “novo

82 Intitulada *Acerca de la actualidad del pensamiento de Carlos Marx*.

83 Macherey, Pierre, *Matérialisme dialectique*, in Labica, George e Bensussan, Gérard, *Dictionnaire critique du marxisme*, Paris, PUF, 1999, p. 726.

paradigma” que se configura com a “teoria da complexidade”, a possibilidade da “emergência”, etc., provavelmente permita resgatar aspectos cruciais daquilo que certa tradição tem designado como “dialética materialista”.

Ademais, pretendo desenvolver um projeto acerca da temática da “mercadoria força de trabalho”, em continuidade aos projetos **Karl Marx e o Enigma da Riqueza Abstrata** e **Em Torno ao Problema da Riqueza Fictícia**, que foram contemplados com bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq. Dentre as peculiaridades da “força de trabalho” está a de que são as únicas mercadorias capazes de criar valor e também a de que são produzidas como gente, fora do âmbito da produção mercantil, e que, só depois, na esfera da circulação, tornam-se mercadorias. Este ingresso na circulação, mediante o salário (denominação específica do preço da mercadoria força de trabalho), tem uma existência histórica muito recente, que está marcado pelo paradoxo já denunciado por La Boétie, pois sua submissão, qual uma servidão “voluntária”, conta com a anuência tácita da própria vítima. A sociedade burguesa naturaliza a relação salarial e a converte em algo inerente à própria condição humana e não a considera como uma relação social histórica e contingente. A forma específica do fetichismo da mercadoria força de trabalho torna normal e natural transformar gente em coisa, sob o manto encobridor de um contrato entre algoz e vítima e que conta com a anuência “voluntária” de ambos... A eventual edificação de uma sociedade comunista, ainda que num futuro muito remoto, teria que supor a superação da relação salarial. Por último, com um horizonte mais a longo prazo, pretendo aprofundar, nos âmbitos do Grupo de Pesquisa “Marx no Século XXI” e do projeto **Teoria do Brasil**, a discussão teórica acerca da “questão nacional”, tema de especial relevância para o estudo de um espaço nacional particular como o Brasil. Não sei ainda quando será minha aposentadoria, o que dependerá de um conjunto de injunções burocráticas que ainda não estão postas, mas ela certamente não implicará em abandono da vida acadêmica, apenas em modificação da forma de atuação. Além destes projetos ora descritos, e de outros que certamente advirão (pois, como dizia ao início, minha formação prossegue...) da continuidade de minha participação ativa, orientações inclusive, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFBA, que ajudei a criar, sinto-me ainda mobilizado pelas mesmas inquietações que motivaram meu ingresso no mundo acadêmico e assim pretendo continuar enquanto puder...

Este livro foi produzido em formato 1536 x 2048 pixels e utiliza as tipografias DTL Haarlemmer e Akko Pro, com miolo preparado na Edufba, em formato PDF.